

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
VI PROAP

**GRUPO CONVIVENDO MELHOR: uma proposta de participação
comunitária no combate à violência de gênero na comunidade de
Morro Alto/ Vespasiano**

Dalcira Pereira Ferrão Fiori

Belo Horizonte
2010

DALCIRA PEREIRA FERRÃO FIORI

**GRUPO CONVIVENDO MELHOR: uma proposta de participação
comunitária no combate à violência de gênero na comunidade de
Morro Alto/ Vespasiano**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização da Fundação João Pinheiro, do VI PROAP, como requisito parcial à obtenção do grau de pós-graduada *lato sensu* em “Administração Pública com Foco em Gestão Social”.

Orientadora: Profa. Mestre Leticia Godinho

DALCIRA PEREIRA FERRÃO FIORI

GRUPO CONVIVENDO MELHOR: uma proposta de participação comunitária no combate à violência de gênero na comunidade de Morro Alto/Vespasiano

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Curso de Especialização da Fundação João Pinheiro, do VI PROAP, como requisito parcial à obtenção do grau de pós-graduada *lato sensu* em “Administração Pública com Foco em Gestão Social.

Letícia Godinho
Orientadora Fundação João Pinheiro

Ana Paula Salej
Profa. Curso de Gestão Social
Avaliadora da Monografia

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2010.

*Dedico este trabalho a toda comunidade de Morro
Alto, que me acolheu com tanto carinho; e a meu
marido, Nando, que me apoiou para que este
trabalho pudesse ser realizado.*

AGRADECIMENTOS

À profa. Leticia Godinho, por sua paciência, apoio e preciosa orientação, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha querida Márcia Mansur, minha “mãe adotiva”, que sempre esteve ao meu lado, pronta para me incentivar, aconselhar e também guiar meus caminhos. Tudo começou a partir de nosso “encontro” social.

Ao Instituto ALBAM, nas pessoas de Cláudia Natividade e Rebeca Rohlfs, grandes amigas e companheiras de trabalho. Obrigada por esta oportunidade única de crescimento profissional!

Ao meu grande amigo e companheiro de trabalho, Dé, por suas “dicas” preciosas, sua compreensão e amizade. Sem você este trabalho não seria o mesmo!

À toda comunidade de Morro Alto e participantes do Grupo Convivendo Melhor, pela disponibilidade, amizade, cumplicidade e aprendizado proporcionado.

Ao meu marido, Nando, por seu amor, compreensão e apoio em minhas atividades acadêmicas e profissionais.

E a todos que de forma direta ou indireta possibilitaram que este trabalho pudesse ser concretizado.

***O Grupo Convivendo Melhor pra mim é
uma mudança de cultura da violência para a paz.***

Isso pra mim é o Grupo Convivendo Melhor!

(Valdeir Laureção)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo visibilizar esta proposta de intervenção psicossocial que ocorreu na comunidade de Morro Alto/ Vespasiano, no período entre fevereiro e dezembro de 2008, por meio do Projeto Convivendo Melhor – uma proposta, de base local, de prevenção secundária da violência de gênero e da aceitação às diversidades. O estudo buscou compreender os diferentes níveis de participação social-comunitária dos integrantes do grupo, além de como esta participação pôde propiciar o crescimento tanto do grupo como da comunidade, no que diz respeito ao combate à violência de gênero.

Para alcançar os objetivos deste trabalho optou-se por privilegiar métodos qualitativos, investindo-se nos métodos de estudo de caso e da observação participante, como estratégias de conhecimento acerca deste programa social e do grupo sobre o qual interveio. Os relatos se deram a partir da vivência experienciada da pesquisadora junto ao grupo e na construção desta relação. A coleta de dados realizou-se através de análise documental, além de reportagens sobre as ações desenvolvidas em mídia impressa, televisionada e na internet; entrevistas semi-estruturadas com quatro participantes do Grupo Convivendo Melhor Morro Alto; e entrevistas semi-estruturadas com o coordenador e interventor do grupo.

Os principais resultados apontados pela pesquisa foram: (1) alto nível de protagonismo, empoderamento e pró-atividade que este grupo demonstrou durante a construção deste trabalho; (2) o grupo construiu um plano de trabalho, onde foi galgando alternativas para os impasses institucionais que se impunham cotidianamente, como falta de recursos materiais, financeiros, metodologia incompatível para os propósitos do grupo, etc.; (3) o grupo teve oportunidade de desenvolver habilidades e estratégias de negociação, comunicação e mediação, sendo estas trabalhadas e discutidas no contexto grupal, possibilitando assim a reflexão sobre os custos da violência de gênero, no âmbito individual e comunitário; (4) o Grupo Convivendo Melhor Morro Alto teve um papel determinante como articulador da rede de proteção local de enfrentamento à

violência contra a mulher, acionando e fazendo a interlocução com diversos atores (públicos e privados), para colocar a relevância desta temática em pauta na comunidade; e (5) o trabalho desenvolvido foi importante ainda para visibilizar ações já desenvolvidas pelo Estado, inclusive pelo Núcleo de Prevenção à Criminalidade e por seus Programas, Mediação de Conflitos e Fica Vivo!, na medida em que começou a articular-se com esses atores, não fragmentando ou sobrepondo ações de prevenção à violência.

Palavras-Chave: Violência de gênero, Mobilização Social e Participação Social-Comunitária.

LISTA DE SIGLAS

ASMIR – Associação Mineira de Reciclagem

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

NPC – Núcleo de Prevenção à Criminalidade

ONG – Organização Não-Governamental

PM – Polícia Militar

SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Tema.....	12
2. PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. Gênero, poder e violência de gênero.....	16
2.2. Participação Social-Comunitária: A construção de uma cidadania participativa.....	21
3. SEGUNDA PARTE: METODOLOGIA, PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	26
3.1. Metodologia – Por que a Escolha da Metodologia Etnográfica?.....	26
3.2. Procedimentos Metodológicos.....	28
3.3. População Pesquisada.....	29
3.4. Análise dos Resultados.....	30
3.4.1. <i>Perfil dos Participantes do Grupo Convivendo Melhor</i>	30
3.4.2. <i>Proposta Inicial do Projeto X Proposta Executada pelo Grupo Convivendo Melhor</i>	32
3.4.3. <i>O Vínculo Grupal: Uma Interação Construída no Dia-a-Dia</i>	34
3.4.4. <i>Grupo Convivendo Melhor: Uma Proposta de Trabalho Coletivo e de Tomada de Decisões Compartilhadas</i>	36
3.4.5. <i>Violência Doméstica: Eixo Norteador das Ações do Grupo Convivendo Melhor</i>	38
3.4.6. <i>Rede: Parcerias Constituídas na Construção da Rede de Proteção Local no Combate à Violência Doméstica</i>	39
3.4.7. <i>O Papel dos Coordenadores/ Interventores do Grupo Convivendo Melhor</i>	40
3.4.8. <i>Principais Atividades Desenvolvidas pelo Grupo Convivendo Melhor</i>	41
3.4.9. <i>A 1ª Passeata pela Paz: Pelo Morro sem Violência Doméstica</i>	44
3.4.10. <i>Repercussão do Grupo Convivendo Melhor na Comunidade e nas</i>	

Mídias.....	46
3.4.11. Grupo Convivendo Melhor: Entraves e Desafios.....	48
3.4.12. Contexto Institucional: Limites Perversos a serem Superados.....	51
3.4.13. Mobilização Social: Uma Estratégia para a Formação do Grupo Convivendo Melhor.....	52
3.4.14. Participação Comunitária-Social no Projeto Convivendo Melhor e na Comunidade de Morro Alto.....	53
3.4.15. Impactos do Projeto Convivendo Melhor nos Participantes do Grupo e na Comunidade de Morro Alto.....	60
3.4.16. Impressões sobre a Equipe que Compunha o Programa Mediação de Conflitos e o NPC.....	64
3.4.17. Convivendo Melhor é... ..	66
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ANEXOS.....	76

1. INTRODUÇÃO

1.1. Tema

Este trabalho tem como objetivo compreender a participação social-comunitária no Grupo Convivendo Melhor na comunidade Morro Alto, em Vespasiano e como esta participação foi mobilizadora para o crescimento do grupo e da comunidade, no que diz respeito à prevenção secundária¹ da violência de gênero e da aceitação às diversidades. A escolha deste tema é fruto do trabalho que foi desenvolvido no ano de 2008², entre os meses de fevereiro e dezembro, nesta localidade.

A demanda inicial para a implantação do Programa Convivendo Melhor surgiu a partir do Programa Mediação de Conflitos, vinculado à Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS, que identificava cotidianamente em seus atendimentos vários casos de violência de gênero. O Programa Mediação de Conflitos atua em “*vilas, favelas e aglomerados urbanos, em Minas Gerais, identificados e caracterizados pelos altos índices de vulnerabilidade e exclusão social*” (SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, 2010). No local é implantado o equipamento Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPC), que compreende os programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!, com o intuito de desenvolver ações de prevenção à criminalidade, através da implantação de projetos e ações, junto com a comunidade local.

O Programa solicitou a intervenção externa da Organização Não-Governamental Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – Instituto ALBAM, para propor uma ação que pudesse trabalhar e atender aos casos de violência de

¹ A literatura criminológica passou desde há algumas décadas a utilizar uma classificação oriunda da saúde pública para os programas de prevenção à criminalidade. Assim sendo, prevenção primária se refere a programas de prevenção ao crime destinados à população em geral; prevenção secundária se refere a programas destinados a uma população de considerada em risco de cometer (ou ser vitimizada por) determinado crime; por fim, prevenção terciária se refere a programas cujo público-alvo é uma população que já cometeu crime (em geral, população do sistema prisional).

² Atualmente o projeto está suspenso, aguardando nova licitação para sua continuidade.

gênero que chegavam todos os dias no serviço. Daí surgiu a proposta do Projeto Convivendo Melhor.

A proposta inicial do trabalho previa a execução de grupos reflexivos, abertos (recebendo a todo momento novos participantes), semanais, por meio de oficinas psicossociais, com intuito de trabalhar temas envolvendo à questão da violência de gênero e das desigualdades entre homens e mulheres. Durante o desenvolvimento do trabalho o grupo recebeu a participação de 63 integrantes, sendo que destes 30 pessoas mantinham uma frequência constante e sólida.

O Projeto Convivendo Melhor foi desenvolvido concomitantemente em oito comunidades periféricas de Belo Horizonte e Região Metropolitana, onde os índices de violência, e em especial os de violência de gênero, são bastante altos. As comunidades foram: 1) Morro Alto/ Vespasiano; 2) Cabana Pai Tomás/ BH; 3) Rosaneves/ Ribeirão das Neves; 4) Palmital/ Santa Luzia; 5) Pedreira Prado Lopes/ BH; 6) Nova Contagem/ Contagem; 7) Jardim Teresópolis/ Betim; 8) Nossa Senhora de Fátima/ Sabará (posteriormente houve transferência para o bairro Eucalipto, também em Sabará). Foram realizados 40 encontros, que ocorreram semanalmente, com duração de duas horas. Os encontros ocorriam na comunidade de Morro Alto, em uma sala cedida pelo Programa Mediação de Conflitos.

A temática da violência de gênero tem se mostrado cada vez mais atual e recorrente na agenda política, devido o crescente número de casos de mulheres em situação de violência, o que exigiu iniciativas de intervenção a essas práticas violentas. É exemplo disso a Lei Maria da Penha – lei 11.340/2006 – que surge com o intuito de tipificar e coibir a violência de gênero, através de uma legislação menos conivente com esses atos. Estas ações visam garantir direitos às mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e intra-familiar.

Percebe-se a necessidade de se sistematizar conhecimento acerca de intervenções de cunho preventivo da violência de gênero, já que em geral grande parte das ações que vêm sendo desenvolvidas são “reparativas”, ou seja, são desenvolvidas após a violência já estar instaurada, quando os danos são ainda muito maiores.

Além disso, o desenvolvimento de políticas públicas em nível local tem se mostrado cada vez mais freqüente e mais apropriado para que a política chegue realmente a quem necessite dela. Percebe-se ainda a necessidade cada vez maior de se avaliar projetos viabilizados através de parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil, como foi o caso do Projeto Convivendo Melhor, de modo a consolidar e estreitar cada vez mais esse lugar da parceria entre o Estado e os diversos atores sociais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se por privilegiar métodos qualitativos. Dessa forma, investiu-se nos métodos de estudo de caso e da observação participante, como estratégias de conhecimento acerca deste programa social e do grupo sobre o qual interveio. Os relatos do trabalho serão dados a partir da vivência experienciada pela pesquisadora junto ao grupo, na construção deste vínculo e desta relação.

A coleta de dados realizou-se através de: 1) análise documental (relatórios; registros; fotos; vídeos; banco de dados (armazenado no Yahoo Grupos); além de reportagens sobre as ações desenvolvidas em mídia impressa, televisionada e na internet); 2) entrevistas semi-estruturadas com quatro participantes do Grupo Convivendo Melhor Morro Alto; e 3) entrevistas semi-estruturadas com o coordenador e interventor do grupo. As entrevistas semi-estruturadas tiveram por objetivo conhecer aspectos mais subjetivos, impressões, sentimentos e impactos em relação às intervenções realizadas no grupo, além de poder identificar os níveis de participação social-comunitária dos integrantes do projeto.

As principais contribuições evidenciadas neste trabalho são: (1) a participação do público-alvo na constituição e consolidação da política pública de prevenção secundária à violência de gênero e da aceitação às diversidades, reafirmando cada vez mais a importância da política pública ouvir a comunidade e fazer a política COM e PARA a comunidade; e (2) protagonismo comunitário destacando-se como estratégia fundamental para a articulação da rede de proteção e enfrentamento à violência de gênero.

O texto se divide em três partes. A primeira parte – Referencial Teórico – busca apresentar os conceitos de “gênero”, “poder” e “violência de gênero”,

apontando suas congruências. Além disso, traz a discussão sobre os conceitos de “participação social-comunitária” e “cidadania”. A segunda parte – Metodologia, pesquisa de campo e análise dos resultados – refere-se à metodologia utilizada e à análise de dados. Finalmente, são apresentadas reflexões acerca das contribuições deste estudo para a Psicologia Social Comunitária, no que diz respeito às propostas de intervenção preventiva à violência de gênero e aceitação às diversidades.

2. PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gênero, poder³ e violência de gênero⁴

Cada vez mais temos observado ações do Estado voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção à criminalidade, principalmente no que tange o público juvenil. Outro ponto que tem se tornado pauta na agenda política é a temática da violência de gênero, decorrente principalmente das desigualdades de poder existentes entre homens e mulheres. Entendendo que a principal matriz do Grupo Convivendo Melhor foi a prevenção e diminuição da violência de gênero na comunidade, faz-se necessário discorrer sobre alguns conceitos como “gênero”, “poder” e “violência de gênero”, apesar de não termos o intuito de aprofundar nesta discussão, mesmo sabendo de toda sua complexidade.

Quando utilizamos o termo “gênero”, de modo sintetizado, estamos nos referindo ao que é “ser homem” e “ser mulher” em nossa sociedade, envolvendo todos os mitos, tabus, preconceitos, valores em cada um desses papéis. Nossa sociedade tende a considerar que esses papéis são desempenhados “naturalmente”: que a mulher é “naturalmente” propícia a ser mãe e amorosa e que o homem é “naturalmente” preparado para ser o provedor da família e ser “mais racional”. Quando falamos em gênero estamos considerando muito mais do que a biologia do corpo feminino e masculino; mas sim como a nossa cultura

³ Entende-se por “poder” o conceito utilizado por FOUCAULT (1995). O autor diferencia duas formas de poder: o primeiro relacionado à aquilo que exercemos sobre as coisas e que nos dá a capacidade de modificá-las, consumi-las, destruí-las ou utilizá-las; e o segundo relacionado ao jogo das relações entre sujeitos ou entre grupos, onde se exercem mecanismos de controle e poder, nos quais “alguns” os exercem sobre os outros, designando relações desiguais, por meio de dominação ou coação. Ver mais em FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁴ Entende-se que o conceito de violência de gênero englobe os conceitos de violência doméstica e violência contra a mulher, sendo o primeiro mais amplo, contemplando inclusive, a violência sofrida contra a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Contudo, o conceito de violência de gênero foi pouco apropriado pela comunidade, tamanha a sua complexidade. Dessa forma, optou-se, junto à comunidade utilizarmos o conceito de violência doméstica. Entretanto, neste trabalho os três conceitos foram utilizados, mantendo assim a nomenclatura que cada autor/a já utilizava.

diferencia o “ser feminino” e o “ser masculino”, seus papéis e o que se espera de cada um destes (MINAS GERAIS, 2009). Dessa forma, compreender o conceito de “gênero” é estar atento a um constructo social do que vem a ser “o masculino” e “o feminino” em nossa sociedade e a relação entre eles.

Quando nos referimos à violência de gênero, estamos abordando formas de violência que somente ocorrem *em virtude* dos padrões que permeiam as relações entre homens e mulheres em nossa sociedade. Ou seja, as relações desiguais entre homens e mulheres tornam-se as condições para esse tipo de violência ocorrer.

SANTOS & IZUMINO (2005) apontam três correntes teóricas que referendam os estudos sobre a violência contra as mulheres. São elas: 1) Dominação masculina, que define a violência contra a mulher como a manifestação da dominação da mulher pelo homem, anulando-se assim de sua autonomia e colocando-se muitas vezes como “vítima” e “cúmplice” da situação de violência vivida; 2) Dominação patriarcal, que compreende a violência como expressão do patriarcado⁵, segundo o qual a mulher é vista como sujeito social autônomo, mas ao mesmo tempo, ela é historicamente vitimada pelo controle social masculino e hegemônico; e 3) Relacional, corrente esta que suaviza as noções de vitimização feminina e de dominação masculina, entendendo a violência como uma maneira de comunicação e um “jogo” entre os papéis exercidos por homens e mulheres. As autoras ainda relatam que a década de 1990 foi um período importante para tornar visíveis as denúncias de violência contra a mulher que chegavam através das Delegacias da Mulher, pela identificação do perfil das queixas registradas, dos agressores e das mulheres em situação de violência.

⁵ Trata-se de uma ordem político cultural em que os homens ocupam os espaços de poder, devendo os demais indivíduos (principalmente, as mulheres) lhe serem subordinados – o que torna as relações entre os diferentes grupos desiguais e hierarquizadas. As diversas vertentes feministas, ao analisar a subordinação que acomete as mulheres, têm em comum o enfrentamento do patriarcado, pregando a necessidade de sua extinção e conseqüente reformulação da ordem social, para que a desigualdade entre homens e mulheres seja eliminada e se possa criar uma sociedade mais igualitária, menos discriminatória e exploradora.

SMIGAY (2002) adverte para não associarmos o conceito “violência de gênero”, reduzindo-o e colocando-o como sinônimo de violência contra as mulheres. A autora chama atenção ainda para aquilo que embasa e sustenta a violência de gênero, principalmente nas décadas de 1970/1980: patriarcado; lógica e organização falocêntrica e androcêntrica da cultura; sexismo; dominação masculina, etc. Já na década de 1990, começa-se a compreender a violência de gênero como um problema relacional. Dessa forma, outros atores assujeitados são contemplados nesta discussão:

“(...) passam a incorporar outros assujeitados, que, em determinados contextos, estão na posição feminilizada: não só mulheres, mas também às vezes crianças, velhos e, sobretudo homens, que recusam o modelo tradicional, ou a virilidade dominante, são objetos de violência de gênero” (SMIGAY, 2002, p. 37).

Assim, violência de gênero “é uma violência em que a questão do poder, desigual entre os envolvidos, é a marca” (SMIGAY, 2002, p. 37).

Falar da relação entre homens e mulheres é necessariamente falar de relações de poder. Nossa sociedade, de maneira geral, reproduz o pensamento de que o mundo privado e tudo que diz respeito ao mesmo (casa, a família, os sentimentos, o casamento, o afeto) refere-se ao universo feminino, e o mundo público (a rua, o trabalho, a razão, a cidadania, a administração) refere-se ao universo masculino. Além disso, as mulheres ainda são consideradas “menores”, inferiores e menos capazes, enquanto os homens são corajosos, superiores, fortes, bem dotados, etc. Há de certa forma um “pacto social” que corrobora para que esses papéis continuem sendo construídos e mantendo-se assim. De modo geral, quase todas as formas que “fogem” a esse pacto social são combatidas de maneira a não considerar a diversidade, ou seja, o não-respeito às diferenças (MINAS GERAIS, 2009).

Dessa maneira, a violência de gênero aparece como uma estratégia de não-aceitação das diferenças entre homens e mulheres. Segundo SMIGAY (2002), ela não pode ser explicada somente como um momento de desrazão do “agressor”, já que a mesma se apresenta de forma contínua, dirigida a

determinados alvos, com intuitos e propósitos bem delimitados, ou seja, de imperar através da dominação, subjugação e inferiorização do outro.

SANTOS & IZUMINO (2005), fazendo uma releitura do artigo de Marilena Chauí “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”⁶, de 1985, percebem que a autora compreende a violência contra a mulher como sendo decorrente da dominação patriarcal masculina e que esta é (re)produzida tanto por homens quanto por mulheres. Definem a violência como

“(...) uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como ‘objeto’ e não como ‘sujeito’, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 03).

Dessa maneira, a mulher (ser dominado) perde sua autonomia e, conseqüentemente, sua possibilidade e capacidade de agir, pensar, sentir e querer. Ainda nesta perspectiva, compreendemos que as diferenças entre o que vem a ser feminino e masculino tornam-se desigualdades hierárquicas e de poder, que se manifestam através dos discursos e práticas do masculino sobre a mulher. Segundo SANTOS & IZUMINO (2005), Chauí apresenta a idéia de que a mulher, em certa medida, torna-se “cúmplice” da violência, porque ao se colocarem como instrumento da dominação masculina, acabam por contribuir para a manutenção desse ciclo de violência, aceitando esta condição historicamente construída.

SAFFIOTI (1987) contradiz a idéia de cumplicidade da violência por parte das mulheres. No entanto, concebe-as como “vítimas” de uma relação desigual de poder com os homens. Para ela, *“(...) sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, as mulheres só podem ceder, não consentir”* (SAFFIOTI, 2004, p. 80).

SAFFIOTI (1987), por sua vez aponta que o maior beneficiado pelo patriarcado-capitalismo-racismo é o *homem rico, adulto e branco*. Para a autora, a ideologia machista e todo seu sistema socializa homens para dominar as

⁶ CHAUI, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (ORG). *Perspectivas antropológicas da mulher*. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

mulheres, submetendo estas ao “poder do macho”. Assim, o homem sente-se “autorizado” por este sistema a espancar a mulher, subjugando-a enquanto um não-ser de direitos, como se esta fosse uma situação “natural” e não construída social, histórica e culturalmente.

É importante ainda ressaltar que, apesar da vitimização das mulheres em situação de violência ser uma maneira de publicizar, dar visibilidade e sensibilizar agentes do Estado para o problema da violência de gênero, por outro lado, acaba reforçando ainda mais o lugar da mulher como passiva em relação ao controle dos homens; como entende GREGORI (1993), se não se vislumbra alternativa de saída desta dominação para a mulher, estar-se-ia colocando-a em uma condição estática e imóvel perante à violência na qual está exposta. Esta situação, além de (re)vitimizar e culpabilizar a mulher pela situação de violência, não auxilia entender a manifestação da violência contra as mulheres enquanto um crime.

SANTOS & IZUMINO (2005), ao debruçarem-se sobre o trabalho de Maria Filomena Gregori, de 1993, entendem que

“(...) as pesquisas sobre o tema vêm demonstrando que a mulher não é mera vítima, no sentido de que, ao denunciar a violência conjugal, ela tanto resiste quanto perpetua os papéis sociais que muitas vezes a colocam em posição de vítima. O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de violência como também não oferece uma alternativa para a mulher” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 08).

Segundo SANTOS & IZUMINO (2005), na década de 1990, inicia-se a substituição da categoria “mulher”, introduzindo a categoria “gênero”, ampliando a discussão a cerca da temática da violência contra a mulher, não somente focando-a na questão do patriarcado e na rigidez dos papéis sociais.

SAFFIOTI (2004) conceitua violência de gênero como uma categoria de violência mais abrangente, que contempla a violência doméstica e a violência intra-familiar. Segundo a autora, a violência de gênero ocorre de modo geral no sentido do homem perante a mulher, mas esta também pode ser perpetrada em entre um homem e outro homem ou entre uma mulher e outra mulher. Apesar de SAFFIOTI (2004) utilizar-se do conceito de violência de gênero, a autora não abandona o paradigma do patriarcado e muito menos abre mão de sua

compreensão da violência como resultado da dominação masculina. IZUMINO (2003), em sua Tese de Doutorado⁷, por sua vez, aponta que o paradigma do patriarcado deve ser abandonado, já que o mesmo não é suficiente para explicar as mudanças dos papéis entre homens e mulheres diante do fenômeno da violência, já que a autora compreende que esta dinâmica da relação de poder se dá de maneira relacional, podendo ser exercida tanto por homens quanto por mulheres, ainda que de forma desigual. É importante ressaltar que ambos conceitos, “patriarcado” e “gênero”, estão interligados, influenciando e sendo influenciados constantemente, complementando-se um com o outro, ambos sendo relevantes para a discussão da violência de gênero. Dessa forma, entendemos que uma categoria de análise não deve excluir a outra. Assim, se faz necessária a compreensão não apenas do papel

“(…) das mulheres nas relações de violência, como também o papel exercido por homens, já que ambos participam na produção dos papéis sociais que legitima a violência” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 14-15).

Após fazer uma breve retomada dos conceitos de “gênero”, “poder” e “violência de gênero”, propomos discutir os conceitos de “Democracia”, “Cidadania” e “participação comunitária””, já que serão conceitos-chaves para o desenvolvimento do trabalho em questão.

2.2. Participação Social-Comunitária: a construção de uma cidadania participativa

O programa que é objeto deste trabalho, o Grupo Convivendo Melhor, foi implementado tendo como um de seus eixos fundamentais a participação comunitária. Ou seja, ele se baseia na participação e mobilização da comunidade com o objetivo de criar mecanismos de prevenção à violência de gênero e aceitação das diversidades.

Os conceitos de participação social-comunitária e de cidadania encontram-se intrinsecamente interligados, como será discutido a seguir. GOHN (2005)

⁷ IZUMINO, Wânia P. **Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero.**

aponta que “cidadania” não é um conceito estanque, mas sim uma definição histórica, que varia no tempo e espaço. Segundo a autora, MARSHALL (1949) em seu estudo sobre cidadania instituiu uma tipologia dos direitos – civis, políticos e sociais. Os direitos civis estão relacionados às liberdades individuais; os políticos vinculados ao direito de votar e ser votado e de participar em organizações; e já os direitos sociais são considerados direitos de segunda geração – como direito à greves, educação pública laica e gratuita, saúde, habitação, previdência, assistência, etc. Atualmente já temos os direitos sociais modernos – étnicos, reprodutivos, biodiversidade, orientação sexual, etc.

Cabe ressaltar, pós II Guerra Mundial, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, que vem com o intuito de definir e defender estes direitos. Esta perspectiva traz consigo diretrizes que ampliam os direitos e a cidadania até então: a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos Direitos Humanos. Entretanto, o fato de existir princípios políticos e éticos anunciados na DUDH, não garante que estes direitos sejam de fato respeitados.

FERRÃO (2006) chama atenção para o novo termo usado por DAGNINO (1994) – “nova noção de cidadania”. Segundo a autora, a nova cidadania deriva e está intimamente ligada aos Movimentos Sociais. Dessa forma, a nova cidadania está interligada à transformação social e cultural para a construção da democracia. DAGNINO (1994) desenvolve desta forma a idéia de cidadania enquanto estratégia política. Para ela,

“(...) a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto, por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação” (DAGNINO, 1994, p. 107).

Esta nova noção da cidadania pressupõe a concepção de “direito a ter direitos”, contemplando assim o direito à igualdade, mas também o direito à diferença. Esta proposta presume a participação de sujeitos sociais ativos, que definem o que são seus direitos, lutando por este reconhecimento. A cidadania

pregada por DAGNINO (1994) considera não-cidadãos, os excluídos, ou seja, constrói-se uma cidadania “de baixo para cima”. Segundo a autora, o objetivo principal da nova cidadania é “a reivindicação de acesso e inclusão, a aquisição de pertencimento” (DAGNINO, 1994, p. 109)

No século XX, instaura-se a noção estatal de cidadania ampliada, que aponta as diretrizes não só dos direitos, mas também em relação aos deveres. É a cidadania regulamentada pelo Estado. GOHN (2005) aponta a cidadania coletiva como um exemplo de cidadania ampliada. Para ela, a cidadania coletiva

“parte de um enfoque que se desloca do conceito tradicional, centralizado no indivíduo (em seus direitos civis ou políticos), para a cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa dada realidade social” (GOHN, 2005, p. 26).

Assim, a cidadania coletiva reúne grupos sociais da sociedade civil, que pressionam o Estado para a regulamentação, implementação e monitoramento para a aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens. Para GOHN (2005), o que irá definir a cidadania é um processo, as redes de relações, os conjuntos de práticas sócio-políticas-culturais e econômicas, articulações para que se redefinam as relações entre sujeitos/ grupos perante o Estado. Estas relações apontam a forma como os sujeitos participam mais ou menos diante das reivindicações junto ao Estado.

AMORIM (2007) aponta que a participação popular implica de maneira decisiva no fortalecimento das organizações sociais e instituições políticas, já que ao permitir que indivíduo se incorpore ao processo decisório, propicia e favorece que as políticas públicas sejam mais eficazes.

GOHN (2005) entende participação como um

“processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sócio-política a esse grupo ou ação coletiva (...). Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica, que leva à mudança e à transformação social” (GOHN, 2005, p. 30-31).

É importante ressaltar que o sentido da participação é sua direção, o norte ou destino que conduz a determinados desdobramentos. O significado diz respeito ao conceito de algo, de que forma ele se define para os sujeitos participantes de ações coletivas.

“Para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos do conteúdo das mensagens implícitas, determinar quem é o emissor e o receptor, que universos simbólicos contêm, que valores defendem ou rejeitam” (GOHN, 2005, p. 31).

GOHN (2005) afirma que a partir da identidade e do reconhecimento, pensando ambos como processuais, inicia-se a possibilidade de dar sentido às ações, sejam estas individuais e/ou coletivas. Dessa maneira, atores sociais transformam-se em sujeitos, protagonistas de suas próprias histórias, dando sentido às suas ações, (re)significando e produzindo novos significados. Assim, se dá a mudança social.

“A transformação também tem vários sentidos: poderá ser reiterativa do existente, apenas mudando sinais, modernizando algo – mas assentada nos mesmos pressupostos antigos; ou emancipadora e emancipatória, que agrega um sentido, uma qualidade nova, que aponta para uma nova correlação de força sócio-política dos sujeitos envolvidos” (GOHN, 2005, p. 32-33).

Pensar em construção de sujeitos protagônicos é refletir sobre autonomia, ou seja, grau de capacidade de um cidadão questionar os padrões e valores pré-estabelecidos da sociedade, criando novos modos de vida, orientado a partir de si mesmo.

“Os sujeitos autônomos vêm e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas e das regiões do mundo; (...) aprendem a dialogar com o diferente e as diferenças sem ter como meta aniquilá-los ou vencê-los a qualquer custo; buscam o diálogo para uma aprendizagem que leve ao entendimento, à construção de consensos, e não para apropriar-se/apoderar-se do saber do outro, aniquilando-o” (GOHN, 2005, p. 33).

Na segunda parte deste trabalho, a seguir, explicitaremos como a

participação e a mobilização comunitária foram utilizadas pelo projeto como mecanismos fundamentais na obtenção do objetivo proposto.

3. SEGUNDA PARTE: METODOLOGIA, PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Metodologia – Por que a Escolha da Metodologia Etnográfica?

Este trabalho optou por trabalhar a partir da perspectiva da metodologia etnográfica, por entender que o trabalho qualitativo é o que melhor se enquadra nesta proposta de pesquisa, além de ser uma alternativa para propor uma “solução” para a lacuna entre teoria e prática.

FONSECA (1999) pontua sobre a diversidade e riqueza do processo comunicativo, em que participantes de diferentes faixas etárias, classe social, grupo étnico, sexo e outros fatores relevantes, podem ser contemplados dentro da perspectiva investigativa:

“(...) o método etnográfico é visto como o encontro tenso entre o individualismo metodológico (que tende para a sacralização do indivíduo) e a perspectiva sociológica (que tende para a reificação do social)” (FONSECA, 1999, p. 59).

Percebe-se que o método etnográfico esforça-se no movimento de contemplar as diversas possibilidades acerca do fenômeno social, ampliando a compreensão sobre este:

“Ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita. Sem estes recursos, é fácil o neófito descambar para uma visão simplificada da realidade em que, por exemplo, o informante é visto como sendo ‘falso’ ou ‘verdadeiro’. Quando existe uma empatia entre os dois, o pesquisador chega a quase entregar ao seu interlocutor a tarefa analítica. Transcreve as palavras deste como sendo a versão definitiva da realidade” (FONSECA, 1999, p. 64).

Muitas discussões apontam vantagens e desvantagens de se escolher a metodologia qualitativa, já que o mesmo pode ser entendido, em alguns casos, como falta de método, não passando de “relatos impressionistas e superficiais que pouco contribuem para a construção do conhecimento e/ou mudança de práticas correntes” (ALVES, 1991, p. 54). A pouca disponibilidade de bibliografia acerca da

temática pode ser apontada como um obstáculo, principalmente por ser uma abordagem recente dentro dos estudos científicos. Outro fator dificultador se refere ao entendimento do que vem a ser uma pesquisa qualitativa, já que a mesma engloba inúmeros métodos.

De maneira geral, entende-se que a abordagem qualitativa

“parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES, 1991, p. 55).

É importante ressaltar que o material essencial para a investigação qualitativa é a palavra, que expressa a fala cotidiana. Dessa maneira, entende-se que a palavra venha carregada de valores, crenças, ideologias, representações, conteúdo político e de pontos de vista a cerca do contexto em questão. Para MINAYO & SANCHES (1993),

“(...) a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (...), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas” (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 245).

ALVES (1991) aponta três características essenciais dos estudos qualitativos: 1) Visão Holística, que busca a compreensão do significado do contexto, comportamento ou evento em questão e que este somente é possível a partir das inter-relações que ocorrem no seu interior; 2) Abordagem Indutiva, segundo a qual o pesquisador não se utiliza de pré-definições que orientem suas ações, colocando-se através de uma observação mais livre e desprendida; e 3) Investigação Naturalística, em que ocorre mínima intervenção do pesquisador no contexto pesquisado.

Esta visão contrapõe-se à abordagem positivista e quantitativa, que apregoa que os eventos devem ser explicados de maneira mais objetiva, fragmentando os fenômenos através da identificação de relações lineares e causais, produzindo assim, generalizações. Na abordagem qualitativa há uma

aproximação relacional maior entre pesquisador e pesquisado, já que ambos estão em constante interação durante o processo investigativo, não sendo possível estabelecer uma neutralidade pura do pesquisador. Além disso, percebe-se como fundamental a compreensão dos processos que permeiam as relações dos envolvidos na pesquisa, dando visibilidade a estes para que possam se tornar válidos. Dessa forma, há uma preocupação em se compreender o fenômeno histórico-social a partir da visão e do significado dado pelas pessoas que nele estão envolvidas.

MINAYO & SANCHES (1993) chamam atenção para o fato de que nem a abordagem quanti- nem a qualitativa são suficientes para a compreensão completa de uma realidade social, apontando para a necessidade da complementaridade de ambas.

“Um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. (...) o método tem que ser operacionalmente exeqüível” (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 239).

Segundo ALVES (1991), realidades muito complexas ou onde não existe produção de conhecimento acerca da mesma, pedem um planejamento menos estruturado e uma maior flexibilidade para que haja a compreensão da realidade estudada. Sendo assim, o foco e desenho do estudo não devem ser estabelecidos *a priori*, já que esta realidade é multidimensional e socialmente construída, sua definição precoce pode distorcer a visão a respeito desta realidade social.

Embora reconheçamos que esta discussão a respeito do método etnográfico e qualitativo não se encerra por aqui, fica registrada a tentativa de descrever seus pontos positivos e contribuições significativas para a construção deste trabalho.

3.2. Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos deste trabalho optou-se por privilegiar métodos qualitativos, como indicado acima. Sendo assim, privilegiou-se os métodos de estudo de caso e da observação participante, como estratégias de conhecimento

acerca deste programa social e do grupo sobre o qual interveio. Como esta pesquisa se deu a partir de uma intervenção desta pesquisadora no campo, muito do colocado na análise parte do princípio da observação participante, conforme brevemente explicitado, na seção anterior. Esses relatos se darão a partir da vivência experienciada da pesquisadora junto ao grupo e na construção desta relação. Optou-se por descrever as atividades realizadas e encontros do grupo durante as categorias de análise.

A coleta de dados realizou-se através de: 1) análise documental (relatórios; registros; fotos; vídeos; banco de dados (armazenado no Yahoo Grupos); além de reportagens sobre as ações desenvolvidas em mídia impressa, televisionada e na internet); 2) entrevistas semi-estruturadas⁸ com quatro participantes do Grupo Convivendo Melhor Morro Alto; e 3) entrevistas semi-estruturadas com o coordenador e interventor do grupo. As entrevistas semi-estruturadas tiveram por objetivo conhecer aspectos mais subjetivos, impressões, sentimentos e impactos em relação às intervenções realizadas no grupo, além de poder identificar os níveis de participação social-comunitária dos integrantes do projeto. As entrevistas seguiram todos os rigores do método científico, acontecendo em um ambiente de total privacidade. As sessões foram gravadas e a pesquisadora fez por si mesma a transcrição das entrevistas.

3.3. População Pesquisada

A amostra escolhida contemplou quatro participantes da comunidade e um dos coordenadores do grupo do Grupo Convivendo Melhor implementado na comunidade do Morro Alto, Vespasiano⁹. Buscou-se analisar como se deu a

⁸ A entrevista com o coordenador do grupo foi realizada no dia 16/09/2010; e as entrevistas com os participantes do grupo aconteceram no dia 02/10/2010, em Morro Alto/ Vespasiano. A pesquisa tinha o intuito de também realizar entrevista com uma das técnicas do Programa Mediação de Conflitos. Contudo, a técnica agendou a mesma e não justificou sua ausência.

⁹ Para garantir o sigilo dos participantes das entrevistas, estes foram identificados como Participante 1, 2, 3 e 4. Os participantes pesquisados foram: Coordenador do grupo (28 anos, Graduado em Psicologia e Pós-Graduando em Gestão Social); Participante 1 (22 anos, estudante da 6ª série do Ensino Fundamental); Participante 2 (43 anos, gerenciadora de setor em uma rede de supermercado, Ensino Médio completo); Participante 3 (22 anos, oficineiro e educador em projeto social para jovens em Morro Alto, Ensino Fundamental completo); e Participante 4 (38

participação social-comunitária e como esta participação foi mobilizadora do grupo e da comunidade, no que diz respeito à prevenção da violência de gênero e da aceitação às diversidades.

3.4. Análise dos Resultados

Algumas categorias de análise emergiram como fundamentais para a compreensão da participação social-comunitária do Grupo Convivendo Melhor e dos impactos que este trabalho gerou para seus participantes e para a comunidade do Morro Alto, no que diz respeito à prevenção secundária da violência de gênero e da aceitação às diversidades. Através da análise de conteúdo, foram identificados os pontos mais relevantes da discussão sobre o Grupo Convivendo Melhor e sobre o trabalho desenvolvido por este. Esses pontos são analisados a seguir.

3.4.1. Perfil dos Participantes do Grupo Convivendo Melhor

Para refletir sobre a participação dos integrantes do Grupo Convivendo Melhor, faz-se necessário primeiramente discorrer sobre o perfil dos participantes. Tratava-se de um grupo extremamente heterogêneo e diverso, que compreendia entre seus participantes mulheres, homens, pré-adolescentes, jovens, adultos, idosos, representantes comunitários, representantes religiosos, donas de casa, cadeirante, prostituta, pessoa com sofrimento mental, lésbica, gay, negros, brancos, etc.

A respeito do perfil grupo, relata o coordenador do grupo:

“(...) esse grupo tinha um número maior de jovens do que aquele primeiro grupo que se apresentou para a gente no primeiro encontro. Jovens estes que continuaram no projeto até a finalização. A gente tinha um grupo significativo de pessoas que tinham algum tipo de atuação política dentro da comunidade, seja representante comunitário, seja liderança comunitária, seja representante de alguma instituição que estava ali trabalhando por alguma questão específica da comunidade.... (...) O grupo tinha uma diversidade muito grande! Uma diversidade de experiências... Uma diversidade de idade... Uma diversidade... A diversidade por si só... Então a gente tinha no grupo deficiente mental; a

anos, representante comunitário de Morro Alto e vice-presidente da ASMIR – Associação Mineira de Reciclagem).

gente tinha no grupo prostituta e freira; a gente tinha heterossexual e homossexual; homem e mulher; negro e branco; jovem, adulto e idoso; a gente tinha portador de sofrimento mental, que inclusive foi encaminhado pelo Núcleo, porque o Núcleo acreditava que esse espaço poderia ser um espaço para ele se expressar; (...) a gente tinha gente muito pobre, como também gente que, em certa medida, tinha uma vida econômica minimamente estável... Era de impressionar a diversidade desse grupo!” (Coordenador do Grupo).

Constituiu-se na prática um grupo bastante miscigenado, o que em alguns momentos tornava-se trabalhoso para ser manejado, mas que em sua maior parte, gerava uma produção essencialmente rica e proveitosa. Mediar diversas opiniões, pontos de vista, idades e experiências de vida no espaço do grupo não era uma tarefa simples e fácil. Os coordenadores, na medida do possível, despendiam de certa flexibilidade e “jogo-de-cintura” para dar conta de contemplar os diversos olhares e opiniões sobre os temas trabalhados:

“(...) A gente pode dizer que dentro do grupo a gente vivenciou situações de machismo, situações de homofobia, situações de preconceito, situações de intolerância, de solidariedade, situações de identificação e acho que essa diversidade de experiências de vida foi extremamente necessária para isso” (Coordenador do Grupo).

O perfil dos participantes do Grupo Convivendo Melhor Morro Alto e sua pluralidade foram determinantes para o caminho percorrido pelo mesmo, no que diz respeito ao seu formato e objetivos:

“(...) convivência ente jovens e adultos, convivência entre jovens e idosos, convivência entre portadores de necessidades especiais, convivência em diferenças sexuais, isso também é muito importante, porque aqui na comunidade a discriminação desse tipo de coisa ainda é muito grande e a gente tá trabalhando isso... Pra gente ter uma convivência melhor, indiferente de sexo, indiferente de cor, indiferente de raça, indiferente de faixa etária de idade, indiferente de poder aquisitivo, né?” (Participante 4 do Grupo).

“(...) a gente tinha intenção de estar atraindo o público jovem também, porque o Grupo Convivendo Melhor veio, mas não veio com idade, não veio com sexo, não veio com nada disso. Todos poderiam participar” (Participante 4 do Grupo).

“(...) era constituído de várias personalidades, que eram jovens, adultos, idosos... Então foi muito importante, porque tinha todo aquele

envolvimento, de várias pessoas diferentes, diferentes faixas etárias, para cada um ir passando um pouquinho daquilo que eles sabem para a gente” (Participante 2 do Grupo).

“(...) a gente tinha várias e várias faixas etárias entre idoso, entre pessoas de diferentes opções de sexo... Então eu vejo que nós conseguimos conviver, entendeu? (...) O grupo se aceitava um ao outro nessa diversidade, um completava o outro. Então isso aí a gente conseguiu ver dentro do grupo” (Participante 4 do Grupo).

Um ponto que é relevante deste grupo é como as diferenças dos integrantes foram somadas, complementando umas às outras, e não colocando-se como uma fonte de exclusão ou de não-participação das atividades.

3.4.2. Proposta Inicial do Projeto X Proposta Executada pelo Grupo Convivendo Melhor

O Projeto Convivendo Melhor tinha o propósito inicial de executar grupos reflexivos, abertos (que recebiam a todo momento novos participantes), através da execução de encontros semanais, com intuito de discutir e trabalhar temas permeados na questão da violência de gênero e nas desigualdades entre homens e mulheres. Propiciaria, assim, ações preventivas em relação à violência doméstica, ou ação de atenção secundária à violência:

“(...) Era um projeto que iria atuar em situações aonde a violência já estava instalada. Então a idéia era de que esse grupo fosse uma válvula de escape para os casos de violência de gênero que estavam iminentes ou que já tinham chegado às vias de fato, que eles pudessem ir pro grupo, para encontrar no grupo um espaço de acolhimento, de reflexão e até mesmo mediação desses problemas, visto que o projeto tem uma parceria com o Programa Mediação de Conflitos” (Coordenador do Grupo).

A metodologia do Projeto Convivendo Melhor é explicada pelo coordenador do grupo:

“(...) utilizando a metodologia de oficinas a gente iria trabalhar uma série de temáticas ligadas com os problemas que aquele grupo apresentasse, tendo as questões de gênero como eixo transversal das discussões. Mas a priori, era um trabalho que iria acontecer somente no espaço do grupo, no espaço reflexivo do grupo” (Coordenador do Grupo).

Na medida em que o grupo começou a se formar e a se apropriar mais da proposta do projeto, os participantes começaram a delinear o trajeto que o grupo passaria a tomar. A prática cotidiana passou a interpelar a teoria, tornando-se cada vez mais uma ação propriamente dita.

“(...) Muitas das vezes a gente conhece projetos e mais projetos, que vêm dentro da nossa comunidade, aplica a teoria, não deixa ferramentas, não sai para a prática, e muitas das vezes a teoria não consegue alcançar aquela objetividade que tem os projetos. Nós do ‘Convivendo Melhor’, nós pensamos o que? Pensamos teoria, sentar na sala de reunião, dialogar sobre convivência, falar sobre a paz... Mas nós precisávamos de prática... Prática pra que? Pra expandir, pra multiplicar... Porque a paz não é de um grupo. A paz ela não é de uma pessoa... A paz ela tem que ser coletiva... Ela tem que ser uma coisa como um todo... E nisso que a gente acreditava nessa multiplicação, né? Multiplicando as boas notícias, multiplicando as coisas boas que aconteciam dentro do grupo, a gente poderia estar expandindo e, muitas das vezes, alcançando o objetivo do grupo, que era combater a violência doméstica, entendeu? Então nós fizemos várias e várias práticas aí, que a gente pode considerar que saiu da teoria para a prática com objetivo. E isso para nós foi uma vitória” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Isso de certa forma fez com que o ALBAM tivesse que pensar, tivesse que entender o que estava acontecendo, por que que aquele grupo estava tomando aquele contorno, e porque que não ele não estava continuando no contorno dos outros? (...) Esse grupo levava para dentro do espaço da discussão uma série de inquietação da comunidade, que o grupo foi focalizando para as questões de gênero, mas com uma vontade, com uma perspectiva operativa da reflexão. Eles queriam em outras palavras, eles queriam sair da dimensão reflexiva, do diálogo, discursiva, e queriam levar esta discussão para uma práxis. Eles queriam fazer algo para transformar os problemas que ao longo dos encontros a gente foi diagnosticando junto com eles. Esta foi uma característica que saltou aos olhos e que eu acho que foi o fio condutor para o formato que o trabalho foi tomando ao longo do ano” (Coordenador do Grupo).

É importante pontuar que o próprio grupo foi desenhando este novo formato, sendo este mais operativo em relação às ações desenvolvidas. Cabe ressaltar ainda que os coordenadores estavam atentos para este movimento do grupo e optaram por acatar e acolher esta nova proposta, por acreditarem que teoria sem prática, dentro de uma intervenção psicossocial, de base comunitária, não seria capaz de produzir uma transformação social da realidade local.

“(...) a experiência e a trajetória do grupo também iriam traçar que caminho ele ia seguir, que norte que ele iria buscar. De certa forma a

gente também se colocou de uma forma aberta para deixar que o grupo também pudesse conduzir pela sua própria vontade, pelas suas próprias demandas...” (Coordenador do Grupo).

Fica claro, a partir desta fala que, a percepção dos coordenadores era a de que, caso não se atentassem para esse movimento do grupo, para seus interesses e desejos, este trabalho teria seu objetivo fadado ao fracasso.

Cabe ressaltar ainda, que esta mudança de atuação do trabalho, partindo de um grupo reflexivo para uma ação operativa propriamente dita, causou um momento de tensão entre os coordenadores do grupo e a Instituto ALBAM, já que a entidade executora questionou aos mesmos sobre os aportes teóricos e metodológicos que estavam sendo usados para o desenvolvimento do trabalho, além de inicialmente entenderem que esta decisão estivesse partindo dos coordenadores e não do próprio grupo.

Durante a implementação do projeto ajustes foram necessários para adequar sua execução ao desenho inicial proposto, inclusive como estratégia de garantir a eficácia e eficiência desta política pública.

Os integrantes do grupo convocaram a Coordenadora do Projeto Convivendo Melhor e do Instituto ALBAM para participar de um encontro na comunidade de Morro Alto, para esclarecer dúvidas sobre o projeto e também discutir os rumos do grupo. Nesta data a coordenadora teve a oportunidade de presenciar de perto a maturidade do grupo no que dizia respeito a seus propósitos e ao que ele estava disposto a construir. Após este episódio houve, por parte do Instituto ALBAM, um maior investimento para o desenvolvimento das ações propostas pelo grupo e um melhor entendimento sobre o caminho que o grupo pretendia percorrer.

3.4.3. O Vínculo Grupal: Uma Interação Construída no Dia-a-Dia

Os coordenadores do grupo, por terem uma vivência e uma experiência profissional mais voltada para a Psicologia Social e Comunitária, acreditavam que a base para a construção deste trabalho ocorreria a partir da consolidação de um vínculo e da interação. Isso é corroborado tanto pela fala dos participantes quanto do coordenador do grupo:

“(...) Eu acho que era a questão de convivência, né? O grupo oferecia uma troca de idéias, oferecia uma exposição de temas, aonde muita coisa acontece dentro da nossa comunidade, na nossa realidade... Engraçado que foi isso. O grupo, na maioria das vezes, oferecia uma coisa que a gente trás de dentro da casa da gente, uma coisa que a gente vê na rua, uma coisa que o seu vizinho está passando, um problema que ele está abordando ali. Foi meio que curioso, como é que esse grupo se mobiliza, sendo que ele só oferece um diálogo, apresenta uma situação, aonde a gente busca meios de resolver esta situação, sem que cause nenhum tipo a mais de violência” (Participante 3 do Grupo).

“(...) Eu acho que tem uma coisa extremamente importante e que a gente estava muito atento a isso e que qualquer tipo de programa comunitário tem que ficar atento que é a construção de vínculo. E foi uma coisa que eu e a minha colega nos preocupamos o tempo inteiro foi: ‘que vínculo estamos construindo com o grupo?’; ‘que vínculo nós estamos construindo com as pessoas desse grupo?’. (...) Nosso trabalho foi bastante diferente disso, porque a gente tinha um envolvimento maior com aquele grupo. E a gente começou a estreitar os laços, com alguns deles inclusive a gente pode dizer que a gente fez uma pequena amizade, porque a gente se falava por telefone, a gente conversava sobre questões pessoais no grupo... O grupo levava muitas questões pessoais (...). E eu acho que essa interação entre interventor e o público, o grupo é o público-alvo, eu acho que é o terreno, aonde seja lá como for o que a gente quer como a semente plantada, é nesse terreno que essa semente vai crescer, que ela vai brotar (...). Essas coisas elas provocam um efeito real na pessoa e no grupo. No entanto, que a uma característica que saltava os olhos, principalmente de quem via o grupo de fora, era de que era um grupo extremamente afetuoso, era um grupo com um vínculo muito forte... Com um vínculo muito forte...” (Coordenador do Grupo).

A constituição e fortalecimento do vínculo entre os participantes foram sendo consolidados a cada encontro e atividade realizada. Notava-se um sentimento de pertencimento e reconhecimento entre os mesmos no espaço grupal.

“(...) eu pessoalmente entendo que comunidade para mim é tudo. Então, a comunidade que a gente fala o local é importante, mas as pessoas são muito mais. Então eu acho que dentro do grupo, eu pessoalmente me identificava com todos... Tenho amizade com todos... Considero a todos(...) Para mim todos são importantes, todos para mim são iguais, todos são meus amigos...” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Eu acho que a maior força do Grupo Convivendo Melhor são as pessoas do Grupo Convivendo Melhor, que fizeram acontecer as parcerias e tudo... O grupo é o principal, por quê? É o grupo, porque sem o grupo não tinha acontecido. Então para mim o mais importante dentro

do Grupo Convivendo Melhor são os participantes do Grupo Convivendo Melhor” (Participante 4 do Grupo).

A construção do vínculo entre os coordenadores e participantes do grupo extrapolaram o território da comunidade de Morro Alto, já que durante as atividades de planejamento e execução do vídeo sobre o grupo, os participantes foram convidados a irem até a casa dos coordenadores, já que não tinham outro espaço, equipado com computador e infra-estrutura, para realizar esta atividade:

“(...) A gente achou que era importante tirar eles também daquele espaço, para eles conhecerem outros lugares, para eles circularem pela cidade... Para eles fortalecerem o vínculo deles em outro lugar, porque se ficassem só ali aquela relação poderia ficar vinculada somente aquele trabalho, na medida em que se o trabalho acabasse, acabava o vínculo. Quando isso extrapola o espaço do território a gente acreditava que isso poderia fortalecer. Então a gente levou eles para as nossas casas porque era o que era viável...” (Coordenador do Grupo).

Esta atitude, de certa maneira, propiciou um estreitamento deste vínculo, além de ter favorecido aos participantes um maior fortalecimento da auto-estima e potencial de relacionamento entre os mesmos.

3.4.4. Grupo Convivendo Melhor: Uma Proposta de Trabalho Coletivo e de Tomada de Decisões Compartilhadas

Os coordenadores do grupo tinham sempre a preocupação de dialogar com os integrantes e de respeitar as decisões que eram discutidas no grupo. Nenhuma ação era definida sem o consentimento ou aprovação do grupo. Bem sabemos que optar por esta vertente é trabalhoso, na medida em que é necessário se mediar opiniões, em alguns momentos, até mesmo opostas. Mas por entender que é na contradição, na discussão de idéias e no diálogo que se baseia a construção de uma transformação social:

“(...) As decisões no grupo eram tomadas em grupo mesmo, porque em nenhum momento (...) nossos líderes tomavam alguma decisão sozinhos. Eles sempre estavam fazendo com que todos nós participássemos, nem que se divide o grupo, cada um falava a sua opinião, para que todos chegassem a uma conclusão” (Participante 2 do Grupo).

“(...) Era sempre democrático, né? Um grupo que se diz um grupo para ser eficaz... Eu acho que o país é democrático... O grupo também era democrático... O grupo colocava as propostas, coloca as sugestões e tudo isso em comum, quem queria dar sugestão, dava sugestão... Quem queria opinar, dava opinião... Muitas das vezes, se não queria, era estimulado a isso, isso também para ter um desenvolvimento da pessoa, para ter a participação da pessoa. Nada era obrigado, mas sim incentivado. Incentivando a participar, incentivando a falar, incentivando a dar a sua opinião e a sua sugestão... Isso era colocado em comum para todos e todos votavam e tiravam as decisões do grupo. Isso é democracia, isso é muito importante” (Participante 4 do Grupo).

Em muitos relatos percebe-se a construção e desenvolvimento das atividades a várias mãos, de maneira sempre coletiva e compartilhada:

“(...) Todas me chamaram a atenção, mas o envolvimento maior, que mais me chamou atenção foi a participação nossa, de que estar correndo atrás de recursos para a gente estar fazendo nossa passeata, para a gente mostrar as pessoas o que era o Grupo Convivendo Melhor, através de cartazes, de grafiteagem, entendeu? Então o pessoal (...), para o pessoal ficar informado sobre o que a gente fazia, o que a gente queria de melhor para nossa comunidade... Morro Alto, né em geral? Então foi muito importante a gente estar trabalhando para a gente conseguir fazer a passeata, pra estar participando... O que a gente fez durante todo o nosso trabalho, de todas nossas reuniões...” (Participante 2 do Grupo).

“(...) As filmagens foram todas feitas com uma máquina amadora, por nós mesmos, pelas mãos dos próprios integrantes do grupo. Foi o olhar deles sobre o problema da violência doméstica, sobre o problema da violência de gênero. Entrevistamos pessoas do convívio deles. A edição foi uma edição terceirizada (...), mas a edição dele foi totalmente orientada pelo que foi definido coletivamente nos encontros, que inclusive não foram realizados lá no Núcleo” (Coordenador do Grupo).

Este ponto mostra-se como o diferencial deste grupo já que o mesmo não tinha um líder ou alguém que ditava o caminho a ser seguido. Este caminho era sempre discutido entre os integrantes e os coordenadores, todos estão num mesmo patamar, inclusive de poder e deliberação, para a execução das tarefas propostas, em conjunto.

3.4.5. Violência Doméstica: Eixo Norteador das Ações do Grupo Convivendo Melhor

O objetivo principal do Grupo Convivendo Melhor era trabalhar a transversalidade da temática de gênero como foco central, independente de qual

fosse o tema trabalhado no encontro semanal. Para isso, foi preciso que o olhar dos coordenadores estivesse atento para a organização da sociedade a partir do modelo de masculinidade hegemônica, sendo a violência (foco principal de prevenção do projeto) entendida como produto desse modelo, que se interpõe no cotidiano das famílias e comunidades de variadas formas e intensidades. Coube, por fim, atuar em relação à temática da violência doméstica, sensibilizando os participantes e a comunidade de modo mais amplo a se engajar nesta luta:

“(...) Ajudar, debater sobre a violência doméstica. Conscientizar a comunidade...” (Participante 1 do Grupo).

“(...) O objetivo principal desse grupo, o pano de fundo que a gente tinha era a violência doméstica. E a gente sabe que diante da violência doméstica existem várias coisas que atenuam até chegar à violência doméstica. Um dos fatores começa tudo dentro da convivência. A convivência é uma questão muito importante para se evitar à violência. Então a gente estava agindo dentro de prevenção da violência, porque dentro da nossa comunidade o alto índice de boletim de ocorrência diante da violência doméstica já é grande, fora os que não são feito ocorrência porque são mediados por policiais quando vão ao local. Esta foi uma iniciativa de mediar para muitas das vezes não vir o B.O., a não ser quando é necessário. Então a gente tem esse parâmetro, há muitos e muitos B.O.'s e a maioria dos B.O.'s que têm dentro da nossa comunidade, é a respeito de briga de marido e mulher, briga gerada dentro do vínculo doméstico” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Uma coisa que ficou bem clara para o grupo era de que o nosso papel naquele ano era de sensibilizar a comunidade para um problema que a gente discutiu muito dentro do grupo, que é a violência contra a mulher. Na verdade a gente chamou de violência doméstica, inclusive eles acharam extremamente importante falar da violência doméstica, para além da violência contra a mulher. Então eu acho que o objetivo principal foi de sensibilizar e tematizar isso dentro da comunidade. Para isso a gente desenvolveu uma série de atividades para fazer isso” (Coordenador do Grupo).

A temática da violência de gênero, inicialmente, não pôde ser o carro-chefe para mobilizar as pessoas a participarem do grupo, mas nem por isso os assuntos envolvidos na temática deixaram de tornarem-se públicos. Com o amadurecimento do grupo e de sua proposta, e com o novo formato do grupo já traçado e apropriado por este, possibilitou também que a temática pudesse ser o foco principal de suas ações, sem receio de que isso seria um afastador de parceiros e outros integrantes ao grupo.

É interessante ainda ressaltar que, apesar da temática da violência de gênero ter permeado todas as ações do grupo, o ponto que chama mais atenção nesta intervenção psicossocial é o poder de mobilização e participação social-comunitária que este grupo apresentou durante sua atuação, o que não inviabiliza sua importância para a tematização da violência doméstica na comunidade e para a construção da rede de proteção e apoio à mulher em situação de violência.

3.4.6. Rede: Parcerias Constituídas na Construção da Rede de Proteção Local no Combate à Violência Doméstica

Uma das primeiras ações de mobilização e construção da rede de proteção local no combate à violência doméstica foi a parceria firmada entre o Grupo Convivendo Melhor e a Escola Municipal Nazinha Conrado da Silva. Esta ação teve intuito de estreitar os laços com a instituição, tematizar a questão da violência doméstica em espaços importantes da comunidade, além de angariar novos participantes para integrarem o grupo.

“(...) primeiro teve uma atividade que nós sentados em grupo apareceu uma proposta de fazer um convite à escola local, conhecida como E. M. Nazinha Conrado da Silva, para que os alunos da escola pudessem estar participando de nosso grupo, (...) como jovens para dentro do grupo, (...) para eles estarem multiplicando isso dentro da sua sala e na sua escola (...). Então nós fomos até a escola, nesta atividade, nós fizemos palestras sobre o grupo, de sala em sala, fomos bem recebidos... Os alunos todos gostaram do que ouviram e lá nós convidamos os alunos, aqueles que quiseram, aqueles que puderam e que a escola autorizasse para estar participando com a gente dentro do grupo, no qual nós tivemos uma boa efetividade nisso. No início do projeto nós fizemos esta parceria com a escola, e a escola realmente não considerava horário perdido do aluno, porque considerava presença dentro do grupo para a escola. Isso foi uma parceria muito importante, inclusive foi uma coisa inovadora, que a gente acredita que muitas das vezes o ensinamento, a sabedoria, a escola aplica muito, mas têm outras coisas fora da escola que também é como aprendizado, que também deveria entrar no seu currículo escolar. Então o grupo ele teve essa importância e fora esta atividade os alunos participaram com a gente durante todo o projeto. Não desanimou nenhum, não arredou o pé nenhum, todos participaram até o final” (Participante 4 do Grupo).

O grupo realizou inúmeras atividades de sensibilização da rede parceira para o desenvolvimento das atividades, além de 14 visitas institucionais a esta rede.

“(...) Então o grupo decidiu em reunião, que a gente criaria uma comissão e essa comissão faria uma tentativa de parceria com os comércios locais, com órgãos e com qualquer com quem quer seja que se sensibilizaria com a causa da violência, que é uma coisa que aflige todos nós, e que poderia estar colaborando com isso. A efetividade dessa comissão foi tão grande que, assim muitas das pessoas desacreditavam que poderia ter aquele objetivo conseguido, confesso também que até eu, porque o comércio local, a gente sempre uma outra visão dele, a participação... Mas aí eu aprendi uma coisa dentro do grupo, eu aprendi o seguinte: que se a gente não for até a pessoa e o objetivo não dá como a gente tirar um ponto antes disso, né? Então realmente a comissão foi até o comércio, conseguiu todos os objetivos que a gente pretendia, conseguimos o material (...)” (Participante 4 do Grupo).

O objetivo principal que era tematizar e sensibilizar a rede de entidades locais e a comunidade para a questão da violência doméstica foi atingida, já que minimamente as pessoas e instituições já tinham ouvido falar do Grupo Convivendo Melhor e/ou de alguma atividade desenvolvida por este. O grupo mostra-se como um potencial de articulação comunitária em Morro Alto.

3.4.7. O Papel dos Coordenadores/ Interventores do Grupo Convivendo Melhor

O papel dos coordenadores do grupo foi um ponto central na condução e nos rumos que o grupo foi tomando, já que os coordenadores aceitaram e apostaram nesse novo formato proposto pelos integrantes.

“(...) E aí eu trago um outro determinante, que eu acho que foi extremamente importante, que é o papel do interventor. Naquele momento, eu e a minha colega, nós éramos o ponto de contato daquelas pessoas com o Estado. Nós éramos o Estado para aquelas pessoas. A gente representava politicamente e teoricamente os princípios do Estado... Seja de garantia de direitos... Seja de proteção integral... Seja de igualdade e diversidade... Nós representamos... (...) Personificados em nós... (...) Então eu acho que o encontro de nós com a experiência do grupo, é desse encontro que teve uma transformação, que uma mudança... E que eu acho que é uma mudança que a intervenção estatal, que a intervenção pública objetiva, ela acontece...” (Coordenador do Grupo).

“(...) mas eu acredito que foi na interação entre eu e minha colega de trabalho; na interação entre os interventores com o grupo, e tanto o grupo enquanto uma unidade, mas também como um conjunto de indivíduos; na interação que a gente tinha lá naquele espaço e na interação que a

gente tinha em outros espaços que a gente foi construindo ao longo do tempo” (Coordenador do Grupo).

O caráter dialógico dos coordenadores perante os integrantes do grupo, sempre no sentido de potencializar a construção coletiva, ficou marcado nesse trabalho. Os perfis de cada coordenador complementavam-se, não sobrepondo um sobre o outro. Instaurava-se ali uma união de forças e não um jogo de quem tinha mais poder.

“(...) Então, as dúvidas que a gente tinha, de todas as coisas (...), mesmo que a gente não conseguia naquele dia responder, a gente procurava estar se informando melhor, para ficar claro. Foi muito importante para mim participar com os coordenadores porque eles esclareceram muitas dúvidas para nós e a cada dia a gente conscientizava que a gente podia estar vivendo numa sociedade melhor” (Participante 2 do Grupo).

“(...) Eu acho que eu e a minha colega a gente fazia uma dupla muito bacana, porque o que faltava em um, talvez o outro complementava... O que o outro extrapolava, o outro apontava...” (Coordenador do Grupo).

3.4.8. Principais Atividades Desenvolvidas pelo Grupo Convivendo Melhor

A partir da consolidação do grupo e de sua proposta, um novo participante se integrou ao grupo, um rapper, e com ele veio a proposta de se pensar numa música que retratasse o grupo e seu objetivo.

“(...) Depois também a gente lançou uma atividade extra-grupo, porque a gente lançou um tema do grupo. A gente precisava de ter alguma coisa para levar esta mensagem. E todos nós sabemos que para levar a mensagem a música é muito importante, porque a música é uma coisa do espírito, é uma coisa que toca, né? Então nós lançamos num estilo chamado rap, num estilo mais conhecido também dentro do hip hop, nós lançamos um rap, o ‘Rap do Convivendo Melhor’, que naquela época foi até de grande sucesso. Nós fizemos várias e várias apresentações, levando a mensagem... O rap falava sobre a violência doméstica, o rap falava sobre o ‘Convivendo Melhor’, o rap trazia esta mensagem na forma de música para quem estava ouvindo” (Participante 4 do Grupo).

RAP CONVIVENDO MELHOR

*Diego Leandro de Jesus (PDA)
Comunidade Morro Alto
Projeto Convivendo Melhor*

*Prá começar essa letra estou aqui para cantar
Mas antes de prosseguir primeiro vou me apresentar
O meu nome é Diego, me chamam de PDA
Chegando na mesma rima sou Teí e vou falar
O que precisamos para um convívio melhor
Começando em nossa casa para não ficarmos lá só
Sem conversar com o pai, com a mãe ou o irmão
Tipo eles são luz e você é a escuridão
Ou talvez ao contrário, não sei, escute aí
Aqui está minha idéia quem quiser de me ouvir
Pra quê da violência que envolve o ser humano
Quem te domina é você e não o que está se passando
Pare aí agora porque você não está só
Unido com a família para um convívio melhor
Unido...
Com a família para um convívio melhor
Unido...*

Se liga mano porque você não está só

*Agora na mesma rima vou falar da violência
Violência doméstica que cresce com frequência
Tipo a paciência que às vezes não tem com o pai
Que discute com a mãe logo de casa ele sai
Direto pro bar se tranquilizar com pinga
Em casa a mãe nervosa discute com o filho e xinga
Que briga com o irmão, escuta-se gritaria
O pai que chega tonto e espanca toda família
Cadê a alegria? Não existe não
A paz bate na porta, não abre a desunião
Insistindo ela diz pra paz, que não tem jeito
Só vai poder entrar se estiver junto com o respeito
Respeito...
Só vai poder entrar se estiver junto com o respeito
Respeito...*

Pra conviver melhor com violência não tem jeito

Você quer saber o que eu acho da violência?

Principalmente em casa que é falta de inteligência

Porque é a família com quem você cresceu

Quando vieste ao mundo eles que te recebeu

Em Deuteronômio 5:16,

Lá está escrito eu vou dizer para vocês

Honre a teus pais para viver mais na Terra

E não com o semelhante ficar travando guerra

Então se liga pai, não provoque seu filho

Para que da lâmpada não se apague o brilho

Viver em harmonia é melhor do que brigar

Parente pra lá e pra cá passando sem dialogar

Você quer saber o que eu acho disso tudo

Pra imagem de Deus que somos nós é um absurdo

A felicidade do meu próximo espero

Violência doméstica tá aqui minha nota é zero

Eu quero...

A paz e a igualdade é o respeito que eu quero

Eu quero...

Igualdade entre homem e mulher eu também quero.

O vídeo produzido sobre o Grupo Convivendo Melhor apresentava o grupo e seu objetivo que era tematizar sobre a violência doméstica na comunidade, nos mais diversos espaços.

“No grupo tinha um adolescente... Foi a primeira pessoa no grupo com quem a gente teve contato. Um contato estritamente informal... A gente nem estava ainda dentro do Núcleo. Um adolescente extremamente especial... Qualquer lugar, qualquer CAPES que você mandar ele, acho que o psiquiatra seria capaz de dar um CID para ele. Ele é um adolescente diferente, que tem algumas limitações, mas ele participou do grupo ativamente. Ele tinha uma participação muito ativa! (...) Ele tinha uma hiperatividade, que dificultava muitas vezes o trabalho. Mas ele chegou lá e ele foi extremamente acolhido no grupo, pelos interventores e pelos outros integrantes. Acho que esse acolhimento deu a ele uma voz aonde ele, muitas vezes, ele sugeriu, deu opinião, apontou problemas no grupo, com as limitações dele. Ele falava muito de vídeo: “Vamos fazer um vídeo... Vamos fazer um vídeo... Vamos fazer um documentário...”. Um dia o grupo acolheu... (...) Não foi um dia, mas isso aos poucos foi

sendo acolhido pelo grupo... Esta idéia foi tomando um contorno, foi sendo concretizada, foi sendo trabalhada... E a gente decidiu então elaborar um vídeo... Um vídeo que pudesse falar do grupo e que pudesse tematizar o objetivo do grupo. E para ter um caráter mais participativo possível, a gente realizou uma série de encontros com o grupo inteiro, para poder pensar o roteiro desse vídeo... A gente foi várias vezes na comunidade” (Coordenador do Grupo).

O vídeo possibilitou ainda uma maior apropriação dos participantes sobre a temática em questão, além de fortalecer as relações inter-grupais e a auto-estima dos mesmos, ao receberem o reconhecimento por esta ação desenvolvida.

3.4.9. A 1ª Passeata pela Paz: Pelo Morro sem Violência Doméstica

A proposta da passeata surgiu durante uma vivência que ocorreu no espaço do grupo, onde o mesmo foi dividido em duas equipes que tinham a tarefa de representar uma estátua que representasse o grupo e seu objetivo. Esta atividade surgiu num momento crucial, onde precisava-se focar naquilo que o grupo realmente queria desenvolver e acabou tornando-se um divisor de água, o que era o grupo antes dessa atividade e depois dela, já que indiretamente ela propiciou um acerto de idéias, propósitos e interesses.

“(...) Também fizemos a passeata, que foi a menina dos olhos do Grupo Convivendo Melhor, a passeata pela paz e contra a violência doméstica, porque passeata pela paz se faz todos os dias, mas focada na violência doméstica, puxando para isso, é uma novidade. Então nós tivemos, nossa, bastante gente nesta passeata... Nós fizemos várias e várias ruas aqui de Morro Alto passando com esta passeata. Um pouco atrapalhou no dia, porque foi um dia de chuva, foi um dia nublado, mas a desistência no nosso grupo não existia... Nós vimos que o tempo estava nublado, mas nós não desistimos, insistimos e nós conseguimos o objetivo...” (Participante 4 do Grupo).

“(...) teve uma atividade que foi a atividade-fim do projeto, e que eu acho que ela organizou e, de certa forma, norteou o grupo, que foi a 1ª Passeata na comunidade, que tematizou o fim da violência doméstica em Morro Alto. (...) A primeira semente da passeata surgiu em um encontro. (...) Eu me lembro que aquele dia estava lotado de gente. Um dos melhores dias talvez do grupo.... O grupo foi dividido em dois. Cada um apresentou... E o outro grupo tematizou visivelmente, concretamente uma passeata. Foi uma cena, inclusive, bacana de ver, na medida em que ela foi tomando os contornos de uma passeata... (...) Para que esta atividade se realizasse a gente teve que fazer inúmeras atividades – como mobilizar o comércio; angariar recursos; tematizar isso na rede de proteção local; fazer mobilização de rua; levar cartazes; conseguir

parceiros; elaborar os materiais de divulgação, de mídia da passeata; procurar parceiros na mídia... Então assim, foram semanas e semanas incansáveis para poder preparar o conteúdo da passeata. E acho que a passeata em si foi a atividade que, de certa forma, pode-se dizer que cristaliza o grupo, quem é o grupo, o destino do grupo, ao que ele se propõe trabalhar e como que foi o processo dele durante o ano” (Coordenador do Grupo).

Para a realização da passeata muito trabalho foi feito. Foram necessárias horas e horas de dedicação e envolvimento do grupo para que esta atividade pudesse ser concretizada. Para mobilizar o comércio local para contribuir para a atividade e divulgar a mesma para a população foram necessários uma equipe e oito dias de trabalho, mais de 52 horas de trabalho árduo. Além disso, houve a produção de materiais para a passeata – faixas, cartazes sobre violência doméstica, gravação de spot para divulgação em carro de som, construção de folder e cartazes sobre a passeata, etc. Todos esses materiais teve sua construção de maneira coletiva, discutida durante os encontros do grupo ou em horários extra-grupo reservados para este trabalho.

“(...) A mobilização da comunidade diante da passeata foi o seguinte: o próprio grupo mesmo viu a necessidade, porque para fazer uma passeata hoje em dia, o que que acontece? Não é só ir lá e juntar as pessoas, não é assim... As coisas não acontecem num passe de mágica... A gente tinha gastos... A gente tinha gastos com as faixas, a gente tinha gastos com o carro de som, a gente tinha gastos com a cartolina, a gente tinha vários e vários gastos... E como é que o grupo ia fazer? O grupo era um grupo de uma área de vulnerabilidade social, uma área que não tem um poder aquisitivo assim do cidadão para estar mantendo este tipo de trabalho, mas nós precisávamos desenvolver” (Participante 4 do Grupo).

Durante a passeata aconteceu a execução de um grafite em tempo real, que havia sido iniciado um dia antes da passeata e que seria finalizado durante a mesma, enquanto os participantes estivessem passando pelas ruas de Morro Alto. Esta idéia surgiu durante um encontro do grupo e foi discutida com todos os integrantes, sobre qual representação seria feita. O grafite teve o intuito de imortalizar esta ação do Grupo Convivendo Melhor e demarcar a importância desta atividade. Para a viabilização do grafite foi necessária a articulação junto à uma moradora do bairro, para que a mesma cedesse o muro de sua residência para que o mesmo pudesse ser produzido.

“A proposta do grafite foi a seguinte: era mostrar para a comunidade sobre a violência doméstica, inclusive sobre acessibilidade, o respeito, inclusive tá lá representando várias e várias classes... Têm os portadores de necessidades especiais, tem a bandeira do arco-íris, que é do GLBT, tem as pessoas com dificuldade de locomoção, isso é um grafite amplo, né (...), levando a mensagem, com a data de 13 de dezembro de 2008, que é data da nossa passeata. É bom porque, por exemplo, eu, quem é do grupo, ou qualquer pessoa que seja que tenha conhecimento do grupo, que foi bastante amplo dentro da comunidade, que passasse por aquele grafite, o grupo passou, mas o grafite imortalizou! Enquanto ele estiver lá, certamente o grupo vai estar dentro da comunidade de Morro Alto, com certeza” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Atividade artística... Eu acho que além de ter contribuído em mobilização, em trazer alguns acontecimentos através da violência doméstica, a gente teve uma mobilização com alguns jovens, que já participam de atividades artísticas... A gente realizou o grafite, algumas faixas, alguns cartazes para apresentar no dia da passeata. A gente fez uma passeata pela paz em Morro Alto” (Participante 3 do Grupo).

No dia da passeata os integrantes do grupo se encontraram às 06:00h da manhã para começar a preparar os materiais e mobilizar as pessoas para a passeata. O evento contou com a participação da coordenadora do Projeto Convivendo Melhor, do Instituto ALBAM e outros representantes da entidade; coordenadora do Programa Mediação de Conflitos e outros representantes da SEDS.

3.4.10. Repercussão do Grupo Convivendo Melhor na Comunidade e nas Mídias

Um dos propósitos e anseios do grupo era a troca de experiências em outros espaços, para além dos muros de Morro Alto. Inicialmente o grupo tinha um interesse em especial em conhecer o Grupo Convivendo Melhor do Palmital, por serem comunidades relativamente próximas e por quererem conhecer outros trabalhos desenvolvidos com a mesma temática.

“(...) Então fizemos várias apresentações, fomos convidados em vários e vários locais... Passamos pelo Morro das Pedras, passamos pelo Palmital, passamos pela Praça da Assembléia, passamos pelo Morro Alto, em várias e várias questões... Nós fizemos esta apresentação deste rap que foi muito, muito importante para o ‘Convivendo Melhor’ e, com certeza, para a nossa comunidade” (Participante 4 do Grupo).

A passeata teve uma grande repercussão nas diversas mídias e teve um retorno muito positivo da própria comunidade.

“(...) A passeata teve uma repercussão midiática, inclusive em emissoras... Nas maiores emissoras de TV, em importantes emissoras de rádio, dentro da comunidade, nos canais mais importantes de comunicação... O grupo alcançou, em alguma medida, seja via passeata, seja via outra atividade... É claro que o grupo ainda era muito novo, era muito recente e muito imaturo para alcançar sozinho todos esses recursos, recurso financeiro, recurso de comunicação, recurso político. Então ele teve que contar, com certeza, com a organização das instituições que estavam por trás da execução desse projeto – que é o Instituto ALBAM, o Núcleo de Prevenção e o Programa Mediação de Conflitos. Mas eu queria deixar muito claro, e eu acho que talvez esse seja um ponto importante do projeto, é de que essas instituições, esse canais de comunicação, de mídia, esses recursos eles foram acionados em função de um movimento que aconteceu dentro do grupo. Eu até me emociono de falar isso, porque faz parte da pele... Mistura sentimento, com razão... Foi experiência vivida de forma calorosa” (Coordenador do Grupo).

“(...) Fomos manchete na TV Minas, fomos manchete em vários lugares, na Record, em várias emissoras de televisão e de rádio... Então o que que nós queríamos? Nós queríamos multiplicar... Eu acho que com esses trabalhos que o Grupo Convivendo Melhor realizou o objetivo era multiplicar e eu acho que foi bem multiplicado. Agora também multiplicado ainda internacionalmente, fomos o Grupo Convivendo Melhor... Por quê? Agora depois de mais de um ano que o grupo já encerrou os trabalhos, a gente teve uma comunicação que de todos os grupos do Convivendo Melhor, que existiam nas áreas de vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o grupo do Morro Alto foi escolhido para ser exemplo do outro lado aí, num lugar chamado Caribe, na América Central, e lá ele vão olhar as temáticas, tudo o que foi debatido dentro do grupo... Igual a gente tem vários produtos... A gente tem o vídeo, a gente tem o rap... A gente tem os panfletos, a gente tem várias e várias coisas que são teoria. Eles pegaram toda esta teoria e levaram para o Caribe e lá eles vão trabalhar isso dentro do país deles lá... Eu acho que se multiplicar era o que nós queríamos, multiplicar eu acho que nós estamos conseguindo. E isso, com certeza, daqui há cinco, daqui há dez anos, ainda vai estar aí... Por quê? O grupo muitas das vezes não está mais se encontrando, mas o que o grupo criou e o que o grupo apresentou está na internet, está nos relatórios, está nas fotos... Então isso é um registro que ele não se perde, esse é um registro permanente. E isso vai estar vinculado aí sempre, sempre, sempre, dando retorno para nós...” (Participante 4 do Grupo).

O vídeo foi uma estratégia de empoderamento para os participantes do grupo, já que muitos perceberam o potencial de criação e de produção que eram

capazes de gerar. Todas as idéias foram acolhidas, não tinha certo ou errado, havia quem queria participar.

“(...) o vídeo foi apresentado, foi o produto do trabalho, no Fórum Comunitário. Foi um sucesso! O Fórum estava lotado. O reconhecimento do grupo... Esse vídeo foi apresentado depois em eventos públicos... Foi super bacana...” (Coordenador do Grupo).

O grupo passou a ocupar diversos espaços na comunidade e fora dela, sendo acionado e convidado para diversas apresentações e formas de participação para relatar o trabalho do Grupo Convivendo Melhor de Morro Alto, demonstrando o potencial de visibilidade que o mesmo atingiu.

“(...) Esse grupo ocupou os espaços da rede de proteção. A visibilidade que o grupo deu tanto para si enquanto grupo quanto para as atividades que foram desenvolvidas. Eu acho que o grupo deu uma articulada na rede de proteção local. Claro que tudo isso com algumas limitações...” (Coordenador do Grupo).

Houve uma consulta na comunidade sobre os projetos de maior representatividade e atuação em Morro Alto e o Grupo Convivendo Melhor, mesmo com pouco tempo existência, foi eleito como uma das cinco ações de maior relevância na comunidade.

3.4.11. Grupo Convivendo Melhor: Entraves e Desafios

A não-continuidade do Grupo Convivendo Melhor foi o maior entrave que os participantes se depararam, inclusive, por ter sido o único que, até o momento, não pôde ser superado, já que desde dezembro de 2008 o grupo está sem desenvolver suas atividades. Esta frustração em relação ao rompimento das atividades fica muito nítida na fala dos integrantes do grupo:

“(...) Espero que o grupo continue, deveria ter continuado, por ser uma coisa muito importante... Ainda mais aqui em Morro Alto” (Participante 1 do Grupo).

“(...) o grupo foi efetivo, ele teve grandes efetividades, grandes trabalhos... Só que num universo, num universo muito grande de violência, entendeu? Eu acho que para a gente enxergar esse resultado a

gente não poderia ser podado né? Praticamente nós fomos podados aí com um ano de trabalho, com tantos resultados que nós demos, inclusive não foi renovável, o grupo não foi renovado, ele veio com o projeto de um ano mesmo e não teve como continuidade... Então eu acho que pra gente conseguir enxergar isso mesmo dentro da comunidade e tudo (...), seria um processo, num seria assim um ano que a gente poderia já estar enxergando impactos gerados dentro da comunidade... Seria um processo... E todo processo é como ele é (...), igual uma semente que a gente planta, depois a gente rega, depois a gente vai cuidando até a gente poder colher o fruto. O projeto 'Convivendo Melhor' era isso, era uma semente que estava sendo plantada e que demoraria um pouco para colher o fruto. Infelizmente a planta nasceu, mas ela não foi regada. Infelizmente ela está quase morrendo, mas eu acredito que nós vamos voltar aí, porque a necessidade do Grupo Convivendo Melhor é muito grande, justamente diante do universo muito grande da violência doméstica e da má convivência dentro entre as comunidades, principalmente na periferia. Principalmente por quê? São áreas de vulnerabilidade social, aonde o impacto da violência é muito grande" (Participante 4 do Grupo).

"Continuar, né! Continuar... Continuar... Foi o maior desafio do grupo, porque quando o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Defesa Social, ele encerrou o projeto porque vinha para ser encerrado mesmo, com prazo pré-determinado, a dificuldade ficou por quê? Porque a gente tinha uma ansiedade de uma nova licitação que foi passada para nós, que viria uma outra instituição, podendo até mesmo não ser a mesma, que no caso seria o Instituto ALBAM (...) A gente anseia para voltar, para dar continuidade nesse serviço. Mas como a gente falou isso depende de verba, depende de processo, depende de governo... Mas no que depender do grupo, vocês podem ter certeza que nós vamos unir todos, nós vamos fazer todos os esforços para a gente estar unindo, para a gente estar aí continuando este trabalho nosso que é de grande relevância para nós todos" (Participante 4 do Grupo).

"(...) O viés institucional do projeto inviabilizou a continuidade dele no ano seguinte. E eu avalio como algo que é crucial, a continuidade... Porque muitas vezes a comunidade se sente usada... Mas enfim... Eu acho que esse foi um atravessamento" (Coordenador do Grupo).

Outro fator dificultador foi a falta de recursos, materiais e humanos, para desenvolver todas as ações que o grupo se propunha.

"(...) A maior dificuldade foi o momento em que a gente precisava de verbas, e a gente trabalhou bastante, para estar conseguindo fazer os nossos projetos, entendeu? Então acho que passamos algumas dificuldades, mas conseguimos superar, porque os coordenadores nunca desistiam... Então sempre corriam atrás, até mesmo porque (...) às vezes a gente precisava de recursos para estar visitando outros grupos, igual nós fomos visitar no Palmital, e foi muito importante. Mas a gente nunca desistia... Sempre conseguia... (Participante 2 do Grupo).

“(...) a gente pode pensar em modelos de gestão, na questão do investimento, de recursos, porque sem recursos, tanto recursos materiais e humanos, essas coisas não acontecem (...)” (Coordenador do Grupo).

“(...) A mobilização da comunidade diante da passeata foi o seguinte: o próprio grupo mesmo viu a necessidade, porque para fazer uma passeata hoje em dia, o que que acontece? Não é só ir lá e juntar as pessoas, não é assim... As coisas não acontecem num passe de mágica... A gente tinha gastos... A gente tinha gastos com as faixas, a gente tinha gastos com o carro de som, a gente tinha gastos com a cartolina, a gente tinha vários e vários gastos... E como é que o grupo ia fazer? O grupo era um grupo de uma área de vulnerabilidade social, uma área que não tem um poder aquisitivo assim do cidadão para estar mantendo este tipo de trabalho, mas nós precisávamos desenvolver” (Participante 4 do Grupo).

“(...) A gente não tinha dinheiro, a gente não tinha recurso, a gente não tinha apoio institucional... E a gente teve meio que ir fazendo as coisas um pouco atropeladas, bancando pelo nosso próprio peito... Depois eu quero até falar sobre uma outra questão, que eu acho que é uma questão institucional, que é de certa forma é um atravessamento do programa” (Coordenador do Grupo).

As condições de trabalho e de execução do projeto também foram apontadas como fator dificultador, já que o mesmo não contava com infraestrutura material, humana e financeira, para seu desenvolvimento.

“(...) Eu acho que as condições de trabalho, remuneração, espaço, tudo isso também contou muito, muitas vezes contra o trabalho, porque a gente recebia para trabalhar duas horas e teve semanas que a gente trabalhou vinte, que a gente trabalhou quinze... A gente não tinha nenhum tipo de suporte tecnológico... Tudo o que a gente conseguiu foi através das redes pessoais... Bom, então eu acho que essa questão trabalhista também, enfim, muitas vezes angustiou, às vezes desanimou... Às vezes deu vontade de desistir, quando tava difícil... Então eu acho que esse foi um outro dificultador também... Mas enfim...” (Coordenador do Grupo).

Outro ponto que merece destaque foi a tentativa do grupo de garantir sua sustentabilidade e de suas ações. Este fator teve baixo desempenho já que dentro das habilidades e competências apresentadas pelos participantes percebe-se um nível significativo de empoderamento e de protagonismo. Contudo, ainda se vê de forma incipiente posturas de autonomia, devido o pouco tempo de existência e o pequeno respaldo institucional.

Como já foi exposto anteriormente, a tensão entre o Instituto ALBAM e os

coordenadores do grupo também causou situações de conflito, de discussões teórico-metodológicas, fundamentais para o novo delineamento das ações propostas pelo grupo. Entretanto, foram momentos de instabilidade e de incerteza, mas que conseguiram ser enfrentados e superados.

3.4.12. Contexto Institucional: Limites Perversos a serem Superados

O contexto institucional, tanto por parte da SEDS, NPC e Programa Mediação de Conflitos, como pelo Instituto ALBAM, por várias vezes se mostraram como empecilhos para o caminhar das propostas e idéias do grupo. Não podemos perder de mente que isso decorre do jogo de interesses e poder, no qual a política se delinea, mas o fato é que esta relação em alguns momentos tonou-se tensa e conflituosa.

“(...) Acho que uma delas é pensar como que o atravessamento institucional é perverso. Como que ele muitas vezes, determina alguns caminhos e, se ele não determina, ele faz pressão para esses caminhos. E que com certeza, muitas experiências são, às vezes, podadas pelo atravessamento institucional... E aí eu estou chamando de atravessamento institucional, nesse caso, nessa nossa experiência, Instituto ALBAM, Secretaria de Defesa Social, Núcleo de Prevenção à Criminalidade, Superintendência de Prevenção à Criminalidade da SEDS... São corpos institucionais que o tempo todo estavam observando, que o tempo todo estavam tentando derramar sobre nós os princípios políticos deles. Eu acho que esse foi um dificultador. Talvez se a gente tivesse tido um incentivo e um apoio maior desses parceiros, dessas instituições, o trabalho poderia ter sido ainda mais rico, ainda mais produtivo, ainda mais eficaz...” (Coordenador do Grupo).

A falta de respaldo institucional acabou gerando outro problema, a continuidade da ação. Este fato trouxe grande descontentamento e frustração aos participantes do grupo.

“(...) Ia ser feita a licitação para a continuidade, só que passados quase dois anos, nós do grupo não obtivemos resposta. Eu não sei se é porque fortalece, mas não sei porque eles decidiram em não estar com a continuidade do grupo. Diz que está em processo, mas é um processo que eu não entendo. É um processo que não tem final. E o Grupo Convivendo Melhor ele anseia por sua volta, inclusive, pelos respaldos comunitários, pelos produtos que a gente lançou comunitários, aí, vídeo, música e muita coisa boa...” (Participante 4 do Grupo).

Com o convite da Coordenadora do Projeto Convivendo Melhor para participar do encontro do grupo as dúvidas de ambas as partes puderam ser sanadas e uma nova proposta pôde então ser construída.

3.4.13. Mobilização Social: Uma Estratégia para a Formação do Grupo Convivendo Melhor

A mobilização social a estratégia escolhida para que esta ação pudesse ter seus objetivos atingidos. Entende-se por mobilização social, o conceito utilizado por TORO (2004):

“Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos” (TORO, 2004, p. 14).

Esta mostrou-se uma constante durante o projeto, acontecendo em todas as suas fases, tanto para a consolidação do grupo enquanto uma unidade, como para a penetração e participação de outros atores nas atividades desenvolvidas por ele.

“(...) Então a gente teve que começar a pensar, junto com o grupo, que estratégias a gente iria construir juntos para poder construir esse grupo, visto que a gente queria um grupo bem maior do que quatro ou cinco pessoas. Então a gente junto começou a pensar em uma série de estratégias de mobilização. (...) E depois? A partir de uma série de atividades que a gente desenvolveu, a gente foi numa escola, fez a mobilização na escola; a gente continuou afixando cartazes pela comunidade, nos comércios, nas entidades, fazendo uma sensibilização nas entidades da rede de proteção local, o grupo então começou então a ser construído” (Coordenador do Grupo).

“(...) a gente estava pensando em criar um grupo de 35 pessoas, então nós precisávamos de divulgação sobre isso. Então nós fomos nas associações comunitárias, nós fomos nas entidades organizadas, nós fomos em bares, nós fomos a murais, aqui tem um mural comunitário e a gente afixou cartazes... A gente começou a fazer este trabalho, procurando as escolas. (...) Então a gente fez uma mídia ampla dentro da comunidade, no intuito da formação desse grupo, fazendo o convite dentro da comunidade para estar comparecendo às segundas-feiras, às 19:00h, aonde seria realizadas as reuniões do Grupo Convivendo Melhor” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Olha, para as pessoas se mobilizarem foi assim, através de muito trabalho, do grupo... E cada um estar passando o que a gente fazia no dia-a-dia, indo às vezes, saindo em grupo, em vários lugares, em várias casas, comércio... Para estar divulgando, para estar passando o que era o Grupo Convivendo Melhor...” (Participante 2 do Grupo).

3.4.14. Participação Comunitária-Social no Projeto Convivendo Melhor e na Comunidade de Morro Alto

O objetivo principal do Projeto Convivendo Melhor foi a constituição e fortalecimento de um grupo de base comunitária que se propusesse a debater, refletir e multiplicar idéias e ações para o enfrentamento da violência, em especial a violência de gênero.

Os primeiros encontros do grupo foram planejados com intuito de cumprir com os objetivos de: 1) Mobilizar a comunidade a conhecer o projeto e participar dos encontros semanais; 2) Reconhecimento e constituição do grupo propriamente dito; e 3) Suscitar reflexões acerca de temáticas diretamente ligadas à violência, sua gênese e sua interrelação com a realidade de Morro Alto.

“(...) Eu posso dizer que nesses primeiros dois meses foi o momento onde a gente consolidou o grupo porque no primeiro dia do encontro a gente chegou... Tinha um número bacana de integrantes. A gente fez o primeiro encontro, baseado no planejamento. Só que nos encontros subseqüentes começou a ter uma baixa, uma queda na participação das pessoas e ficou mais ou menos um grupo de quatro ou cinco pessoas, no máximo, participando dos encontros seguintes. Então a gente teve que começar a pensar, junto com o grupo, que estratégias a gente iria construir juntos para poder construir esse grupo, visto que a gente queria um grupo bem maior do que quatro ou cinco pessoas. Então a gente junto começou a pensar em uma série de estratégias de mobilização” (Coordenador do Grupo).

O desenvolvimento das atividades e reflexões que surgiam durante os encontros do grupo, sempre numa perspectiva de ação coletiva, começou a delinear as ações e dar significado à existência e funcionamento do mesmo. Ao analisar a constituição e consolidação do grupo podemos observar alguns elementos relevantes para a construção dessa ação coletiva. Dentre eles, destacamos:

- 1) Várias ações de mobilização comunitária foram desenvolvidas, que inicialmente contemplavam interesses individuais passaram a articular e

conectar instituições e atores importantes de representação e liderança sócio-política da comunidade;

“(...) a partir do momento em que eu vi que era um projeto, que envolvia jovens da comunidade, até mesmo os jovens que a gente trabalha com eles, a gente começou a convidar mais jovens, fazendo a mobilização comunitária” (Participante 3 do Grupo).

“(...) O que me motivou é a luta! Parece que a gente falando de violência falar de luta parece contraditório. Mas não é isso. É um outro tipo de luta que a gente participa, que a gente define como luta comunitária, que é uma luta pela cidadania, que é uma luta pelos direitos... Que dentro da nossa comunidade, muitas vezes, a cada momento a gente vê muitas vezes sendo transgredida a nossa cidadania, os Direitos Humanos, nesse respaldo de violência doméstica... Então a gente que já está na luta, quanto mais informação, quanto mais conhecimento, quanto mais convivência, a gente tiver diante da comunidade, a gente tem possibilidade de estar melhorando isso nessa representação comunitária. Por que que eu participei do grupo? Porque eu acho que é preciso, é necessário, a participação minha, né? (...) A gente acredita que a união, a união e a união sempre será melhor, entendeu? Eu participei pro meu aprimoramento pessoal, para eu desenvolver dentro dos meus trabalhos e também pela minha comunidade” (Participante 4 do Grupo).

- 2) Processo de mobilização continuada processual, planejado e executado sempre em conjunto entre participantes do grupo e coordenadores do mesmo (“parceria” com uma escola da comunidade, que visou a participação de jovens e adultos matriculados no EJA; visitas na comunidade; reuniões com ONG’s que atuam em projetos sociais, etc.);
- 3) Características pessoais, políticas e culturais de muitos participantes, que apontavam para a necessidade e o desejo de construir e consolidar um trabalho comprometido com a transformação da realidade em que vivem (lideranças comunitárias, representantes de ONG’s, representantes religiosos, dentre outros);

“(...) Esse grupo levava para dentro do espaço da discussão uma série de inquietação da comunidade, que o grupo foi focalizando para as questões de gênero, mas com uma vontade, com uma perspectiva operativa da reflexão. Eles queriam em outras palavras, eles queriam sair da dimensão reflexiva, do diálogo, discursiva, e queriam levar esta discussão para uma práxis. Eles queriam fazer algo para transformar os problemas que ao longo dos encontros a gente foi diagnosticando junto com eles. Esta foi uma característica que saltou aos olhos e que eu acho

que foi o fio condutor para o formato que o trabalho foi tomando ao longo do ano” (Coordenador do Grupo).

- 4) Especificidades da comunidade de Morro Alto, em especial as relacionadas à violência, ao protagonismo social e aos problemas enfrentados pela realidade local;
- 5) Ausência constante das técnicas do Programa Mediação de Conflitos e, conseqüentemente, os participantes indicados por elas, que certamente contribuiriam para a constituição de um grupo com um delineamento diferenciado, apontando a terceirização do trabalho e o distanciamento político pela causa;
- 6) Caminho traçado pelas reflexões e discussões ao longo do processo grupal;
- 7) Contribuição e perfil dos coordenadores do grupo.

Os encontros eram planejados, a partir dos objetivos que o grupo desenhou, fazendo uso de recursos como debates, filmes, técnicas vivenciais, com o propósito de cumprir os objetivos, potencializando o grupo em suas dimensões: 1) *Reflexiva*, através da tematização de assuntos relacionados à violência (diferenças entre gêneros, violência doméstica, diversidades sexuais, etc.); 2) *Formativa e Pedagógica*, no sentido de orientar e formar os participantes em relação aos conceitos e fundamentos da violência e do trabalho social-comunitário, através de exposições participativas sobre os temas pertinentes ao grupo e sua atuação (Direitos Humanos, invisibilidade social e comunitária, relações de gênero, grupos, oficinas, etc.); e 3) *Multiplicadora*, através do desenvolvimento de ações que visavam atingir a rede comunitária, no que diz respeito às discussões e proposições suscitadas no grupo, bem como resolver os problemas e impasses detectados no e pelo grupo, e nas relações institucionais a que o grupo estava submetido (atividades de mobilização; atividades na Escola Municipal Nazinha Conrado da Silva; reivindicação junto ao NPC para viabilizar a realização dos encontros; participação em evento comunitário sobre violência doméstica; debates acerca dos rumos do projeto; debates sobre a relação com a SEDS, com o NPC, com o Programa Mediação de Conflitos e com o Instituto

ALBAM; convite para um encontro com a participação da coordenadora do Projeto, do Instituto ALBAM, etc.).

Essas dimensões do grupo foram divididas para efeito didático, para facilitar seu entendimento e visualização, mas na prática encontram-se imbricadas umas com as outras.

“(...) Eram abordados variados temas, mas sempre com foco dentro da cidadania, dentro da convivência, dentro das dinâmicas, dentro do como proceder, dentro do bom exemplo... E foram temas, por exemplo, Direitos Humanos, a gente tentou abordar a situação, o que que eram os Direitos Humanos, porque dentro da nossa comunidade existem direitos... Os direitos estão todos aí, mas só que aqui, muitas das vezes, nem a pessoa que tem o direito ela tem ciência disso. Então essa forma de esclarecimento, de juntar os Direitos Humanos, para mim foi muito importante, porque esclarecendo os direitos que se têm é que a gente pode cobrar eles. E a gente não tiver nem ciência nem do direito que a gente tem, como que a gente irá cobrar ele? Então eu acho a importância do grupo, o trabalho do grupo, foram variados temas, mas todos voltados para a cidadania e a convivência de várias pessoas” (Participante 4 do Grupo).

“(...) mas fazia também parte da metodologia, escutar as demandas desse grupo, o que esse grupo tinha pra dizer, e qual era o desejo dele em relação aos problemas que a gente fosse discutindo ao longo do ano” (Coordenador do Grupo).

“(...) As discussões eram feitas através de dinâmicas, que eu me lembro... A gente fazia bastante dinâmicas. A gente abordava acontecimentos, vivências dentro de casa, algumas coisas que já ocorreram na vida pessoal de cada um e ali a gente começava a discutir isso e buscar meios de resolver...” (Participante 3 do Grupo).

“(...) Olha o que me motivou a participar do grupo foi a questão de que a gente aprende a cada instante, com eles, os coordenadores do grupo, como que é o respeito (...), desde uma palavra até a vários assuntos, que relacionam desde a família até a sociedade em geral. Como que a gente tem que fazer, escutar, observar... Parar para poder escutar a cada instante o que cada pessoa tem para falar para a gente, porque a gente às vezes não dá importância... Talvez a pessoa está precisando, nem que você nem fale, mas escute... E às vezes, a gente com a pressa do dia-a-dia, a gente não tinha esse tempo não parava, não escutava... Então isso foi muito importante” (Participante 2 do Grupo).

Percebemos ainda que a participação foi se dando de maneira processual, na medida em que os participantes iam conhecendo cada vez mais a proposta do grupo e criando vínculo uns com os outros.

“(...) Os amigos da comunidade me informaram que estava tendo uma reunião em grupo dentro da comunidade, até mesmo porque eu não sabia que era um projeto... Aí eu fui me instruindo através de informações, e cheguei a participar do primeiro dia... Me envolvi com o grupo, gostei e foi tudo de bom” (Participante 3 do Grupo).

“(...) Eu fiquei sabendo através de um amigo meu, que me convidou... Eu fui, participei uma vez, gostei... Continuei participando... Achei muito importante, muito legal participar do grupo... Pra gente ter mais experiência de vida...” (Participante 1 do Grupo).

“(...) Olha eu fui convidada para participar do grupo através da irmã, a gente estava na igreja, aí no final da nossa reunião, ela me convidou para estar participando do encontro que ia ter, para a gente fazer uma participação, que ia estar iniciando o Grupo Convivendo Melhor em Morro Alto. Então eu fui no encontro, gostei e de lá eu não sei mais” (Participante 2 do Grupo).

“(...) Todo esse movimento que aconteceu de buscar mídia, de alcançar recurso financeiro, de conseguir incentivo, financiamento e patrocínio, inclusive, aconteceu em função de um movimento do grupo. De um grupo que se mostrou pró-ativo, de um grupo que se organizou... De um grupo que demonstrou ter minimamente autonomia para construir um objetivo” (Coordenador do Grupo).

Faz-se importante pontuar os diferentes níveis e formas de participação que despontavam no grupo. Cada um participava de acordo com sua disponibilidade e contribuía da forma que podia, já que nem todos tinham facilidade para realizar atividades em horários alternativos aos encontros.

“(...) eu quero parabenizar aí os comerciantes do Morro Alto, vários e vários aí que colaboraram com a gente. E a participação é assim gente, tem várias maneiras... Muitas das vezes a gente não vê o comerciante participando em reunião, a gente não vê o comerciante podendo estar junto pelas suas demandas, pelo seu comércio, pelas suas tarefas, mas nós buscamos essa maneira deles participarem... E além deles participarem na colaboração, eles também ficaram sabendo que existia um grupo que tava trabalhando esta temática dentro da comunidade e isso num trabalho bem amplo que esta comissão fez. Então mais uma vez o grupo estava sendo multiplicado, mais uma vez o grupo estava conseguindo seus objetivos, que era ser conhecido pela comunidade e levar a mensagem no qual ele estava trabalhando” (Participante 4 do Grupo).

“(...) O grupo era o seguinte, se a gente marcasse dez horas, nove e meia estava todo mundo presente. Se a gente marcasse com dez

peessoas, muitas das vezes apresentavam doze... Por que? Isso era a vontade de participação do grupo. E é muito difícil isso dentro da comunidade. Hoje dentro da comunidade a participação ela é uma participação mínima, por falta de consciência. A gente convida as pessoas para estar participando de certas coisas, de temas importantes, de temas como cidadania, de temas como direitos e, quando a gente muitas das vezes, que vai ver o resultado a gente não tem o contingente que a gente necessita para a multiplicação. E o grupo não. O grupo ele foi consistente, ele começou pequeno e foi gradativamente crescendo, mas para não diminuir. Ele começou pequeno e foi crescendo, foi crescendo e com certeza até hoje está crescendo mais, porque nós não estamos em reunião, mas com certeza as nossas informações, com certeza o que a gente propôs aí para ser multiplicado está sendo multiplicado. E isso aí eu acho que é de grande importância para o grupo” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Eu acho que no grupo, com certeza, para mim foi visível a diferença de participação. E eu consigo elencar alguns determinantes das diferenças de participação. (...) Se a gente for pensar nos jovens, eram pessoas que a gente percebia que iam para o grupo por uma questão relacional, porque lá era um espaço de socialibilidade. O grupo também era um grande espaço de sociabilidade com a gente e entre eles. Era um espaço onde eles levavam, muitas vezes, questões mal resolvidas da escola, que era outro espaço de sociabilidade deles, e dentro do grupo essas questões eram rediscutidas, repensadas, eram mastigadas, mas na medida em que os objetivos do grupo foram ficando mais consolidados, foram ficando mais claros, esses jovens também se empenharam bastante no cumprimento das atividades que a gente começou a construir para alcançar esses objetivos. (...) A gente tinha lá pessoas, mães de família, que conseguiam tirar somente duas horas de seu tempo semanal para poder participar, não conseguiam realizar as atividades extra-grupo. (...) Têm pessoas que participaram menos em quantidade, mas sempre quando estavam lá apresentavam uma qualidade de participação muito grande, produtos da reflexão do grupo muito importantes, conseguiam intervir sobre os colegas, conseguiam ter um domínio sobre o grupo muito bacana” (Coordenador do Grupo).

Outro ponto sinalizador do nível de participação dos integrantes é a vontade em continuar desenvolvendo este trabalho na comunidade.

“Só precisamos de novo de se unir com as propostas que, muitas das vezes, podem vir a ser reapresentadas. O grupo ele não acabou, eu digo ex-grupo, mas como uma maneira de protesto, né? Por que? Para mim não poderia existir ex-grupo. Para mim o grupo tinha que ter continuado, entendeu? (...) Nós não acabamos. Nós vamos voltar sim. Nós vamos voltar com a mesma temática ou com outra temática, basta ver a proposta, basta ver o apoio, basta ver a parceria. Eu tenho certeza que todos os jovens, todos os participantes, nós temos contato com todos. O grupo só não está se reunindo, mas o grupo existe. Nós temos contato com todos. Estamos aí, mas estamos aguardando. O dia em que for chamado o grupo, certamente o grupo vai responder o chamado e vai trabalhar pela nossa comunidade, ou até pela nossa cidade, ou até pelo

nosso Estado, ou até pelo nosso país... Aonde for chamado, na disponibilidade e na proposta estudada, a gente poderá estar aceitando” (Participante 4 do Grupo).

“(...) Meu envolvimento no grupo para mim foi muito importante, porque no dia-a-dia, por causa do serviço, era muito correria, mas eu fazia o possível de não estar perdendo nenhuma reunião, todas eu queria estar participando, mesmo que eu chegasse atrasada, mas eu não faltava no grupo. (...) Porque eu acho que se você perde a etapa de uma reunião você fica pra trás, você fica ‘eu perdi, perdi uma oportunidade de aprender uma coisa nova...’. Então eu fazia o possível para não estar perdendo nenhum dia da reunião” (Participante 2 do Grupo).

Os encontros do grupo se davam toda segunda-feira, de 19:00h às 21:00h. O grupo realizou ao todo 40 encontros para discutir os temas do projeto, planejar e executar as ações extra-grupo, a que se propôs, tendo ao todo 63 participantes. Para isso, houve a necessidade de realizar 12 caminhadas de mobilização da comunidade para participar do grupo e de suas ações. Além disso, foram realizadas atividades extra-grupo como: 1) a visita ao Grupo Convivendo Melhor do Palmital; 2) dois encontros na casa dos coordenadores do grupo para planejar e discutir o formato do vídeo; 3) a participação no Fórum de Direitos da Mulher, organizado pelo NPC Morro Alto; 4) participação no evento realizado na Escola Municipal Nazinha Conrado da Silva “Violência na Cultura Moderna”, onde alunos e participantes do grupo apresentaram uma peça teatral que abordava o tema da violência doméstica; 5) apresentação dos participantes do grupo cantando o Rap do Convivendo Melhor nas atividades de aniversário do NPC Morro Alto e também no III Simpósio do Programa Mediação de Conflitos (para todos os técnicos dos Programas de todos os NPC’s e toda equipe da SEDS); 6) participação no final do Projeto “Mulheres Saudáveis e Felizes”, do NPC Morro das Pedras, com intuito de troca de experiências exitosas; 7) participação no Seminário da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, apresentando o rap do grupo; 8) participação no I Fórum Comunitário de Entidades de Morro Alto, onde o grupo teve um stand para divulgação de seu trabalho e de materiais sobre a violência doméstica e Lei Maria da Penha, além de ter sido a primeira exibição do vídeo sobre o Grupo Convivendo Melhor, contando com a participação de mais de 250 pessoas no evento. Houve também neste evento a divulgação, pelos participantes,

da 1ª Passeata pela Paz em Morro Alto, e a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo.

O grupo ainda demonstrou maturidade por duas vezes: a primeira quando elaborou um documento para o NPC solicitando providências para garantir a realização do grupo, já que no início, por várias vezes, o grupo chegava para os encontros e deparava com o espaço fechado. A segunda aconteceu quando o grupo solicita a presença da coordenadora do Projeto Convivendo Melhor, do Instituto ALBAM, para prestar esclarecimentos e sugestões para o andamento do projeto em Morro Alto, já que o grupo tinha muitos projetos, mas não havia recurso previsto para eles. Estas foram ações com intuito de construir e consolidar alternativas para a sustentabilidade do grupo.

3.4.15. Impactos do Projeto Convivendo Melhor nos Participantes do Grupo e na Comunidade de Morro Alto

Para se pensar os impactos do Projeto Convivendo Melhor é importante chamarmos atenção para dois níveis destes: 1) *Nível individual, pessoal, grupal*, verificados em cada participante e relacionados ao seu comportamento, auto-estima, capacidade de resolução de conflitos, nível de reflexividade no grupo, etc.; e 2) *Nível sócio-comunitário*, ligado à relação do grupo com as instituições e atores comunitários e às ações coletivas sugeridas, construídas e executadas pelo grupo.

Refletindo sobre o nível de impactos individual, pessoal e grupal percebe-se um intenso crescimento e amadurecimento dos participantes do grupo, em especial dos jovens, principalmente na apropriação dos objetivos e do porquê da existência do grupo.

*“(...) Eu acho que é lidar com os conflitos no dia-a-dia... Como eu disse isso serviu como base e vai continuar até com que a gente vai se aperfeiçoando, porque até mesmo criou uma expectativa de procurar mais informações sobre o que é violência doméstica. (...) Eu uso isso como base para lidar com as minhas oficinas, com os meus projetos...”
(Participante 3 do Grupo).*

“(...) inclusive por depoimentos deles próprios. A gente tem gravações de

depoimentos pessoais deles, de transformações individuais que eles tiveram ao longo do processo, como conseguir falar de determinados problemas que até então eram tabus e que não eram falados no contexto da família... A gente percebe que problemas relacionais como preconceito, intolerância, resolução de conflitos eles apresentaram transformações, mudanças... A gente tem jovens que no início se mostravam extremamente intolerantes a determinadas experiências, a determinadas opções e que mudaram radicalmente a sua visão ao longo do grupo... Pessoas que aprenderam a tolerar mais as diferenças em função da convivência com elas, da convivência com a diferença...” (Coordenador do Grupo).

“(...) É muito importante, no grupo aprendemos a dialogar... Eu aprendi muito, tanto que eu era mais tímido e agora eu estou mais solto... Tô aprendendo... Gostei muito...” (Participante 1 do Grupo).

“(...) eu acho que foi uma das experiências mais ricas da minha trajetória profissional, tanto do ponto de vista técnico, teórico, político e ideológico, mas também foi uma experiência humana, uma experiência de vida muito enriquecedora, conviver com aquele grupo... Dividir, compartilhar as minhas experiências com aquele grupo... Escutar as experiências deles... De poder compartilhar algumas coisas que eu sei... E de ter aprendido muita coisa que eles sabem. Foi uma experiência fantástica! Acho que o impacto para mim foi um dos melhores possíveis. Foi a primeira experiência real, de início ao fim, a não ser as de estágio de intervenção comunitária, e eu localizo este trabalho como uma intervenção comunitária...” (Coordenador do Grupo).

Os conflitos entre homens e mulheres surgiram por inúmeras vezes nos encontros e foram trabalhados in loco. No entanto, apesar de serem trabalhados percebemos certa rigidez de alguns participantes em relação às diferenças entre gênero, ainda muito centrados no aparato cultural, que é passado cotidianamente. Os participantes apresentavam um bom nível de discussão, mesmo que de forma incipiente e mostravam-se abertos a refletir sobre as temáticas propostas pelos coordenadores.

“(...) Era de impressionar a diversidade desse grupo! Eu acho que isso foi extremamente positivo, porque dentro do grupo uma série de preconceitos, de representações negativas e de enfrentamentos que a gente percebe na sociedade se reproduziu dentro do grupo. A gente pode dizer que dentro do grupo a gente vivenciou situações de machismo, situações de homofobia, situações de preconceito, situações de intolerância, de solidariedade, situações de identificação e acho que essa diversidade de experiências de vida foi extremamente necessária para isso” (Coordenador do Grupo).

No nível de impactos sócio-comunitários podemos destacar a abrangência e extensão que o grupo obteve a partir de suas atividades e participação em ações ligadas à prevenção da violência. Dentre elas podemos enfatizar: 1) Vários participantes relataram divulgar e repassar discussões e informações sobre o grupo nos espaços por onde atuavam; 2) Realização de atividade sobre violências promovido pelos alunos da Escola Municipal Nazinha Conrado da Silva; 3) Participação de integrantes do grupo no Fórum de Direitos da Mulher, promovido pelo NPC; 4) Mobilização e divulgação do projeto no EJA, etc.

“(...) O desempenho, o interesse desses jovens, em abordar esses assuntos temáticos como violência doméstica. Acho que isso tem tudo a ver com a nossa convivência, com a nossa relação de vida hoje. Então eu fui motivado mais por isso mesmo e eu dei continuidade, e isso contribuiu muito para o meu trabalho, até mesmo pela minha experiência de vida. (...) Eu acho que serviu como suporte de informações para que eu pudesse abordar esse tema até mesmo com os jovens que a gente lidava todos os dias. Isso foi uma contribuição” (Participante 3 do Grupo).

“(...) Olha o relato do que mudou em minha vida foi saber a cada instante, não deixar pra trás o que nós aprendemos lá... Escutar, ouvir, respeitar, cada dia mais ter consciência do que é importante na nossa vida, pra uma sociedade melhor... A gente ter o respeito, começando de si próprio. (...) Até hoje eu passo e vou continuar passando, porque o Grupo Convivendo Melhor a cada dia era uma transformação. Então, ele transformou as nossas vidas... Porque a gente soube a aprender e a aproveitar a cada instante lá” (Participante 2 do Grupo).

“Pra mim mudou muita coisa, entendeu? A minha visibilidade diante da violência, porque a gente acha que o ser humano é violento porque ele é, entendeu? E muitas das vezes essa opinião pra mim caiu. O ser humano pra mim eu acho que ele é violento pelos meios que os levam a isso. Então um grupo de convivência é importante, por quê? Porque muitas das vezes ele dá uma barrada nesse tipo de pensamentos das pessoas, as pessoas mudam de opinião. Às vezes você está com umas coisas ruins na cabeça, esse tipo de grupo serve para (...). No meu modo, serviu para mim por quê? Por causa dos meus trabalhos comunitários. Você tem que saber a demanda. Eu trabalho muito com demanda. Então demanda é o seguinte: demanda é toda hora... São vários tipos de demanda que chegam até a gente. Então quando chegar uma demanda de violência doméstica, quando chegar uma demanda de alguma coisa que, muitas das vezes, eu ouvi alguma experiência ser relatada dentro do grupo, certamente eu saberei como proceder diante desta demanda. Se a experiência trocada dentro do grupo, se a pessoa que passou a sua experiência e foi uma experiência boa, que deu certo, eu poderei usar ela diante daquela situação. Agora se foi uma experiência desastrosa que aquela pessoa passou dentro do grupo ou que não deu certo, certamente eu vou evitar ela dentro da nossa demanda, entendeu? Então para mim

primeiro o aprimoramento é aprimoramento pessoal e depois aprimoramento profissional” (Participante 4 do Grupo).

“(...) porque o grupo começou a ter uma conotação e um caráter político e coletivo. E aí pensando num projeto que tem um caráter político e coletivo, não nos interessa tanto as mudanças individuais, elas acontecem, elas são perceptíveis, mas a mudança no nível público, elas são as mais visíveis, talvez para elas que a gente ficou mais atento...” (Coordenador do Grupo).

“(...) mas multiplicar isso é muito mais. Então o grupo veio com esse papel. E sempre, ou até inconscientemente a gente pratica isso, a gente toma uma ação na prática na hora, ela é consequência de alguma coisa que a gente aprendeu na teoria, né? Então até hoje, muitas das vezes, eu mesmo uso isso, dentro da minha família, a maneira de expressar, a maneira de falar, é muito importante o respeito mútuo, o respeito à diversidade... A gente aprende para usar. Muitas pessoas não usam porque talvez nem aprendeu, por causa de cultura, por causa de muitas e muitas coisas que vem aí, já de muito tempo (...). Por isso que o Grupo Convivendo Melhor veio com esta proposta: uma mudança de cultura. Uma mudança de cultura de quê? Muitas das vezes a violência doméstica ela teria que ser aceita, que muitas das vezes a mulher ela é submissa ao marido, muitas das vezes o filho tem que ser agredido pelo pai para sua educação... São coisas abordadas que é uma cultura, é uma cultura que com esse tipo de trabalho a gente vai quebrando, a gente vai quebrando essa cultura... É fácil? Não é, é difícil, mas tem que ser começado. E o Grupo Convivendo Melhor, parabéns, porque começou esse tipo de coisa, aqui dentro da nossa comunidade” (Participante 4 do Grupo).

Puderam ser observados alguns impactos no âmbito institucional, no que diz respeito à visibilidade que as ações do Grupo Convivendo Melhor passou a gerar no NPC e em seus Programas, Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos.

“(...) O primeiro impacto que foi importante foi o impacto para a política. Lembrando que o ‘Convivendo Melhor’ é uma política pública de prevenção secundária à violência de gênero, ligada à Secretaria de Defesa Social. E eu acho que esse grupo teve um impacto na política. De que forma? O grupo não tinha muita visibilidade dentro do Núcleo de Prevenção à Criminalidade. A gente teve que fazer um trabalho de sensibilização, inclusive com as técnicas do Programa Mediação de Conflitos, porque elas não acreditavam no grupo e não acreditavam no formato que o grupo estava criando. De modo que no final de tudo, quando tudo estava desenvolvido, o grupo alcançou uma visibilidade dentro do Núcleo e dentro do Programa Mediação de Conflitos como uma ação de mobilização, como uma das frentes do ‘Convivendo Melhor’ que deu certo, porque a gente teve experiências também do ‘Convivendo Melhor’ que não foram muito exitosas. E eu acho que a experiência do ‘Convivendo Melhor’ mexeu com a organização política do Núcleo de

Prevenção à Criminalidade do Morro Alto” (Coordenador do Grupo).

Outro impacto institucional que pôde ser observado claramente foi diante da entidade executora, ou seja, o Instituto ALBAM:

“(...) Ele também teve um impacto na instituição executora, que é o Instituto ALBAM. A gente teve alguns entraves institucionais com o ALBAM, até porque o Grupo Convivendo Melhor de Morro Alto ele, de certa forma, se destacou, e eu não estou colocando destaque aqui numa valoração, melhor ou pior, mas ele se destacou no sentido de que ele começou a tomar um encorpamento diferenciado dos outros sete grupos que estavam acontecendo na cidade. Isso de certa forma fez com que o ALBAM tivesse que pensar, tivesse que entender o que estava acontecendo, por que que aquele grupo estava tomando aquele contorno, e porque que não ele não estava continuando no contorno dos outros? Isso de certa forma gerou alguns enfrentamentos, alguns conflitos políticos e teóricos dentro da instituição. O grupo se posicionou diante deles. O ALBAM teve que se posicionar para o grupo sobre esses problemas. E eu tenho certeza que a postura do grupo abriu as portas dentro da instituição. A instituição investiu, eu posso dizer que talvez, três a quatro vezes mais, do ponto de vista financeiro, do que investiu nos outros grupos, a partir de uma pressão e de uma demanda do grupo. Isso eu acho que foi um impacto profundo” (Coordenador do Grupo).

O impacto da comunidade mais ampla e na rede de proteção local também pôde ser avaliada a partir do retorno que os coordenadores e participantes recebiam sobre as atividades desenvolvidas.

“(...) O impacto na comunidade eu acho que foi de grande valia. Para além da passeata, para além da tematização da violência doméstica, esse grupo ocupou os espaços do bairro. Esse grupo ocupou os espaços da rede de proteção. A visibilidade que o grupo deu tanto para si enquanto grupo quanto para as atividades que foram desenvolvidas. Eu acho que o grupo deu uma articulada na rede de proteção local. Claro que tudo isso com algumas limitações...” (Coordenador do Grupo).

3.4.16. Impressões sobre a Equipe que Compunha o Programa Mediação de Conflitos e o NPC

Um fator que desde início chamou atenção foi a forma que a equipe do Programa Mediação de Conflitos se posicionava diante da comunidade e também dos propósitos do Projeto Convivendo Melhor.

Foram realizadas durante o ano 07 reuniões entre os coordenadores do grupo e a equipe do Programa Mediação de Conflitos, juntamente com o corpo

técnico-gerencial do NPC Morro Alto.

Quando o trabalho foi iniciado a equipe não tinha muito claro qual seria o papel desta intervenção. Além disso, não conseguiam explicitar de maneira objetiva quais estratégias de mobilização recorriam para se aproximar da realidade local e para obter o conhecimento desta realidade. Dessa forma, percebeu-se que a equipe estava pouco instrumentalizada para a execução do Programa, apresentando certa fragilidade metodológica no que diz respeito à sua atuação.

Havia no discurso certo descrédito quanto à comunidade, já que entendiam que esta não queria se engajar e se organizar para resolver suas próprias questões, apresentando assim grande dificuldade de mobilizar-se. Por várias vezes a equipe pontuou que o que prevalecia no local eram os interesses pessoais em detrimento dos coletivos. Esta equipe mostrava-se extremamente pessimista perante a comunidade, comparando-a com características de comunidades de Belo Horizonte.

Além disso, a equipe tinha grande resistência à participação de um representante comunitário no Grupo Convivendo Melhor, por considerarem que sua atuação, em alguns momentos, poderia destoar com os objetivos políticos do NPC. Muito desta resistência se dava na relação entre os envolvidos, já que o representante não conseguia ver com “bons olhos” a parceria com a Polícia Militar. Já o NPC incentivava esta prática, de integrara a PM em várias atividades por eles desenvolvidas, não legitimando as ações desenvolvidas pelo representante comunitário.

Ao iniciar as atividades de mobilização na comunidade percebemos que existe uma desinformação em relação às atividades do Núcleo de Prevenção à Criminalidade, já que muitos restringia o NPC ao Programa Fica Vivo!, invisibilizando as ações do Programa Mediação de Conflitos.

“(...) Várias instituições que conheciam pouco o Fica Vivo! e o Mediação de Conflitos tiveram talvez o primeiro contato através do Grupo Convivendo Melhor... Pessoas que só conheciam o trabalho do Núcleo através do Fica Vivo! também conheceram uma ação do Programa Mediação de Conflitos” (Coordenador do Grupo).

Outro dificultador desta relação foi que o NPC não tinha construído uma relação próxima com a Escola Municipal Nazinha Conrado da Silva (a escola situava-se ao lado do NPC), e a equipe teve relutância em aceitar a parceria e aproximação do Grupo Convivendo Melhor com este equipamento da comunidade.

Por algumas vezes a equipe do NPC e do Programa Mediação de Conflitos desacreditaram do trabalho desenvolvido pelo Grupo Convivendo Melhor e, em alguns momentos, colocando em cheque a capacidade dos coordenadores do grupo em atingir os objetivos propostos, já que os mesmos recorriam à estratégias e técnicas de mobilização que muitas vezes eram desconhecidas das equipe em questão.

O vínculo entre coordenadores e participantes do grupo foi motivo de várias e várias reuniões e embates políticos, ideológicos e metodológicos entre os coordenadores e a equipe de técnicas do Programa Mediação de Conflitos. Ao final do trabalho, com toda a repercussão e visibilidade que o mesmo teve e que proporcionou aos Programas do NPC, a equipe mostrou-se receptiva à metodologia utilizada, mesmo que essa fugisse dos padrões convencionais e científicos, nos quais elas estavam mais familiarizadas.

3.4.17. Convivendo Melhor é...

Todos os participantes do grupo apontaram benefícios por terem se envolvido e se integrado nas ações do Grupo Convivendo Melhor:

“(...) Convivendo Melhor significa união, respeito e a paz, né! E isso anda faltando... Pra ver se nós vive em paz, né!” (Participante 1 do Grupo).

“O Grupo Convivendo Melhor significa para mim uma relação de convivência mais afetada, em questão de mediação de conflitos, em questão de violência doméstica... E a frase que eu vou deixar é: “É preciso transformar realmente esses valores em realidade. É preciso buscar cada vez mais dentro da gente mesmo, que a gente possa conviver um pouco mais, melhor...” (Participante 3 do Grupo).

“(...) eu resumo que o Grupo Convivendo Melhor foi tudo o que se engloba junto, que foi o amor, o carinho, o respeito, e o afeto uns com os outros e aquela comunhão de paz que tinha, um passando para o outro. É igualdade! Inclui tudo, tendo isso a gente consegue tudo! Então para mim foi muito importante essa convivência!” (Participante 2 do Grupo).

“O Grupo Convivendo Melhor pra mim é uma mudança de cultura da violência para a paz. Isso pra mim é o Grupo Convivendo Melhor!” (Participante 4 do Grupo).

“(...) foi uma experiência aonde prova-se que a diversidade e o respeito são elementos essenciais para a mudança, pra mudança social... Diversidade é extremamente importante para a mudança social” (Coordenador do Grupo).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão a cerca da violência contra a mulher tem se mostrado cada vez mais recorrente e necessária devido aos inúmeros e inúmeros casos que vemos todos os dias nos noticiários, de mulheres que têm perdido suas vidas, sendo violentas, agredidas, banidas de sua liberdade e de sua condição enquanto seres humanos. Não só pensando em nossas mulheres em situação de violência, mas também em outras categorias que vêm sendo excluídas e marginalizadas, tendo seus direitos violados cotidianamente, como gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Hoje este debate, pautado e fundamentado nos Direitos Humanos já entrou para a agenda pública, como uma urgência. Sendo assim, o Estado tem buscado estratégias para cobrir esta lacuna, passando a compreender as demandas sociais não apenas como problemas da sociedade (ou parte dela), mas como de seu próprio interesse. Para isso, busca-se a criação de espaços públicos de interlocução e diálogo entre Estado e sociedade civil organizada ou não, de modo a potencializar as ações e direcioná-las a de fato, quem precisa, visando à solução de problemas sociais, como a questão da prevenção secundária à violência doméstica e a aceitação às diversidades.

É nesse campo que surge o Projeto Convivendo Melhor, com intuito de pautar e tematizar estas discussões dentro da comunidade de Morro Alto, local onde os índices de violência, especialmente de violência doméstica e de gênero, são extremamente relevantes.

Sabemos que este trabalho foi um grande desafio, já que seu sucesso dependia essencialmente da apropriação da comunidade das temáticas, prevenindo a violência doméstica e promovendo a diversidade sexual no âmbito comunitário. Ambos os temas – violência doméstica e diversidade sexual – são assuntos que, de modo geral, a sociedade busca tratá-los no ambiente privado, evitando assim, publicizá-los. O Projeto Convivendo Melhor se apresentou como uma estratégia de publicização destas temáticas, como forma de intervir sobre as mesmas.

Refletindo sobre o processo de desenvolvimento desta ação, de base

comunitária, o que salta aos nossos olhos sobre o Grupo Convivendo Melhor é o alto nível de protagonismo, empoderamento e pró-atividade que este grupo demonstrou durante a construção deste trabalho. O grau de pertencimento ao grupo, seus objetivos e ações foram se dando de maneira processual, e de tal maneira, que não havia possibilidade de retroceder. O grupo construiu um plano de trabalho, onde foi galgando alternativas para os impasses institucionais que se impunham dia-a-dia, como falta de recursos materiais, financeiros, metodologia incompatível para os propósitos do grupo, etc.

Durante o desenvolvimento o grupo pôde lidar situações de conflitos, inclusive de gênero e de não-aceitação às diversidades, mediando os mesmos e construindo junto com o grupo, formas alternativas de lidar com estes, sem que fosse necessário recorrer à violência, como forma de responder a estes. O grupo teve oportunidade de desenvolver habilidades e estratégias de negociação, comunicação e mediação, sendo estas trabalhadas e discutidas no contexto grupal, possibilitando assim a reflexão sobre os custos da violência de gênero, no âmbito individual e comunitário.

Além disso, o trabalho possibilitou ao grupo e seus integrantes um grau de pertencimento tão forte que este ocasionou a possibilidade de se trabalhar questões de identidade pessoal e comunitária, ampliando ainda mais a abrangência inicial do projeto. Cabe ressaltar que a consolidação do vínculo entre os integrantes do grupo foi determinante para a execução de seus objetivos e para os rumos que o Grupo Convivendo Melhor Morro Alto foi tomando, tendo um formato mais operativo do que puramente reflexivo.

Após uma melhor (re)definição dos propósitos do grupo os participantes começaram a se envolver ainda mais nas atividades, apropriando das mesmas de tal forma que, estas atividades passaram a ter de fato, um sentido para os envolvidos, e a partir daí estas começaram a se consolidar.

Os coordenadores do grupo também tiveram um papel importante ao acolherem as demandas e anseios trazidos pelo grupo, apresentando uma escuta diferenciada, sendo fundamentais na orientação e acompanhamento dessas ações. Nota-se ainda a importância da política pública ouvir a comunidade e fazer

a política COM e PARA esta.

O trabalho destacou-se na comunidade de Morro Alto, de forma mais consolidada do que nas outras comunidades onde também tiveram o desenvolvimento devido há um conjunto de fatores: no amadurecimento da comunidade, em especial de um grupo de lideranças e representantes comunitários, que acabaram angariando mais e mais participantes a se engajarem na proposta; no perfil diferenciado dos coordenadores do grupo, que colocando-se como “burocratas de rua”¹⁰, conseguiram ter uma maior compreensão dos anseios da comunidade e pôde fazer a interlocução e intermediação desta política com os diversos atores institucionais implicados nesta ação; na entidade executora ONG Instituto ALBAM que, de certa forma, apostou e deu autonomia para o grupo e coordenadores, para que pudessem realizar as adequações necessárias para a implementação desta política, sem ficar “preso” ao desenho inicial.

O Grupo Convivendo Melhor Morro Alto teve um papel determinante como articulador da rede de proteção local de enfrentamento à violência contra a mulher, acionando e fazendo a interlocução com diversos atores (públicos e privados), para colocar a relevância desta temática em pauta na comunidade.

O trabalho desenvolvido foi importante ainda para visibilizar ações já desenvolvidas pelo Estado, inclusive pelo Núcleo de Prevenção à Criminalidade e por seus Programas, Mediação de Conflitos e Fica Vivo!, na medida em que começou a articular-se com esses atores, não fragmentando ou sobrepondo ações de prevenção à violência. Além disso, faz-se necessário ressaltar o grau de mobilização e de articulação que este grupo apresentou e desenvolveu, servindo até mesmo como exemplo metodológico para os equipamentos já existentes na comunidade, já que o mesmo conseguiu superar as expectativas de muitos que estavam desacreditados que este trabalho atingiria seus objetivos e que teria a repercussão que teve.

Um fator que merece ainda destaque foi a maneira dialógica, autônoma,

¹⁰ Para saber mais sobre este termo “burocratas de rua” ver em: LOTTA, Gabriela & PAVES, Thais. **Agentes de implementação e a mediação das políticas públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais.** São Paulo, 2006.

participativa e prioritariamente coletiva como as ações eram desenvolvidas, entendendo estes serem pilares fundamentais para a construção de um trabalho de base social-comunitária.

O Grupo Convivendo Melhor buscou por inúmeras vezes garantir sustentabilidade a si mesmo e às suas ações durante o projeto. Contudo, devido à complexidade dos parceiros envolvidos neste projeto – SEDS, Instituto ALBAM, esta sustentabilidade fugiu de sua alçada e não conseguindo ser atingida. As questões institucionais que permearam o projeto foram, muitas vezes, empecilhos para uma maior amplitude das ações deste grupo. Entretanto, esses impasses não se tornaram, de maneira alguma, obstáculos insuperáveis para que os integrantes do grupo participassem e se envolvessem nas atividades a que tinham planejado. Entendemos que, se houvesse um maior apoio e investimento por parte dos atores institucionais, o Projeto Convivendo Melhor poderia ter produzido frutos ainda mais sólidos no que diz respeito à prevenção à violência doméstica e à aceitação das diversidades na comunidade de Morro Alto, além de maior visibilidade para as ações já desenvolvidas.

A falta de continuidade desta política pública aponta para uma lacuna, ou melhor, para o ciclo desta política, já que nesta situação corre-se o grande risco de se desmobilizar a comunidade no comprometimento em relação ao trabalho, além de poder gerar a sensação de “uso” desta, ou ainda de descaso do Estado em relação às suas prioridades.

Mesmo assim, diante de tantos impasses, não podemos deixar de pontuar a importância do Grupo Convivendo Melhor na tematização deste problema social, pautando-o nos mais diversos espaços, sendo fundamental para a consolidação e articulação da rede de proteção local.

Cabe ressaltar ainda as contribuições que esta intervenção psicossocial trouxe para a Psicologia Social Comunitária principalmente no que diz respeito às estratégias de mobilização social para trabalhar temas como a violência doméstica dentro de comunidades, além de saídas para superar conflitos internos e atravessamentos institucionais que possam surgir durante o desenvolvimento de um trabalho.

Retomando a epígrafe deste trabalho é fundamental não perder de vista a sociedade que queremos, uma sociedade que aceite e respeite suas mulheres, que aceite à diversidade, ou melhor, às diversidades, priorizando a equidade entre os gêneros. O que se deseja é que esta sociedade, hoje, utópica, não esteja muito distante de nossos olhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alda J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cad. Pesqui.** São Paulo. n. 77, p. 53-61, mai. 1991.

AMORIM, Maria Salete S. de. **Cidadania e participação democrática.** In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 366-379.

COELHO, Carolina M. S.; NATIVIDADE, Cláudia; GAETANI, Rebeca R. B. **Intervenção grupal nos casos de violência de gênero: Direitos Humanos e emancipação.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER”, 8, 2008, Florianópolis.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERRÃO, Dalcira P. **O movimento LGBT como promotor de mudança social.** 2006. 39f. Monografia (Conclusão de Curso) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade São Gabriel, Belo Horizonte.

FIORI, Dalcira Ferrão. **Fotografias da comunidade de Morro Alto: grupo convivendo melhor.** Belo Horizonte, 2008. 10 fot.: color.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Rev. Bras. Educ.** São Paulo. n. 10, p. 58-78, jan./fev./mar./abr. 1998.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

INSTITUTO ALBAM. **Proposta de intervenção grupal junto ao Programa Mediação de Conflitos.** Belo Horizonte, 2008, 26 slides: color.

IZUMINO, Wânia P. **Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero.** Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOTTA, Gabriela & PAVES, Thais. **Agentes de implementação e a mediação das políticas públicas: entre dinâmicas e estruturas relacionais**. São Paulo, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=285&Itemid=119>. Acesso em 06 jun. 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação Minas Gerais. **Relações de gênero e diversidade sexual**. Roteiro de Estudos Módulo II. . FERRÃO, Dalciria et al. (Elaboração técnica), Programa de Atenção do Jovem – PEAS Juventude. Belo Horizonte, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. & SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro. v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

PAULILO, Maria Angela S. Participação comunitária: uma proposta de avaliação. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 1, n. 2, p. 183-187, jan./jul. 1999.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em 19 jul. 2010.

PORTAL UAI. **Caravana da paz ocupa o morro**. Disponível em: <http://www4.estaminas.com.br/emonline//emonline/modulos/galeriadefoto/portlets/galeriafoto?id_galeria=1361>. Acesso em 09 out. 2010.

PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. **Moradores de Vespasiano se mobilizam contra a violência doméstica**. Disponível em: <http://violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1653:grande-bh-moradores-de-vespasiano-se-mobilizam-contra-a-violencia-domestica-portal-uai-bh-131208&catid=13:noticias&Itemid=7>. Acesso em 09 out. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Cecília MD. & IZUMINO, Wânia P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista E.I.A.L – Estudios Interdisciplinarios de America Latina y El Caribe**. Tel Aviv, 2005.

SMIGAY, Karen E. V. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte. v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

TORO, Bernardo J & WERNECK, Nísia M. D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ANEXOS



Figura 01: Dia do surgimento da idéia da passeata pela paz, 22/09/2008



Figura 02: Dia do surgimento da idéia da passeata pela paz, 22/09/2008



Figura 03: Encontro do grupo com a presença da Coordenadora do Projeto Convivendo Melhor, 06/10/2008



Figura 04: Encontro do Grupo Convivendo Melhor Morro Alto com o Grupo Convivendo Melhor Palmital, na comunidade do Palmital, 01/12/2008



Figura 05: Grafite construído para a passeata, 12/12/2008



Figura 06: 1ª Passeata pela Paz: Pelo Morro sem Violência Doméstica, 13/12/2008



Figura 07: 1ª Passeata pela Paz: Pelo Morro sem Violência Doméstica, 13/12/2008



Figura 08: 1ª Passeata pela Paz: Pelo Morro sem Violência Doméstica, 13/12/2008



Figura 09: 1ª Passeata pela Paz: Pelo Morro sem Violência Doméstica, 13/12/2008



Figura 10: Encerramento do Grupo Convivendo Melhor, 15/12/2008

Caravana da paz ocupa o morro

Elian Guimarães

Vespasiano

Maria Tereza Correia/EM/D.A Press



📷 Festa, em tom de grafite e som de hip hop, marcou os três anos do Núcleo de Prevenção à Criminalidade do Morro Alto

A comunidade do Morro Alto, em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizou na manhã de sábado uma passeata pela paz, dando ênfase à violência doméstica. O ato marcou as comemorações dos três anos do Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPC), uma parceria da Secretaria de Estado de Defesa Social com entidades e movimentos sociais da região.

A rua principal foi fechada e vários grupos que participam do projeto se apresentaram com capoeira, dança, música, teatro e esportes. Houve também participação de associações de bairro, igrejas e movimentos que integram o grupo gestor do NPC. Uma equipe de grafite do programa Fica Vivo! pintou o muro lateral da 180ª Companhia da Polícia Militar com o tema “Juventude e polícia”.

O Núcleo de Prevenção à Criminalidade do Morro Alto desenvolve dois projetos com a comunidade: o Fica Vivo! (de prevenção à violência e homicídios) e a Mediação de Conflitos. O primeiro é direcionado ao atendimento de jovens entre 12 e 24 anos. É um dos 25 núcleos considerados de base pela Secretaria de Defesa Social, gerido pelas lideranças comunitárias locais. São elas que levam as demandas e traçam as estratégias em conjunto com os técnicos e profissionais.

São várias ações conjuntas, como explica a gestora social Ana Dorotéia Vincy de Almeida Amaral, e entre os eixos que foram destaque estão a violência doméstica e entre os jovens. O programa é aplicado em áreas de grande vulnerabilidade social.

Além do Fica Vivo!, a comunidade tem à sua disposição os mediadores de conflitos, equipe que reúne advogados, psicólogos e assistentes sociais. Eles trabalham como negociadores extra-judiciais em duas frentes: de orientação e de mediação. Os profissionais não opinam e nem resolvem, mas abrem espaços para que as pessoas resolvam por si mesmas questões como conflitos entre vizinhos, violência doméstica, acesso a direitos como moradia e previdência, separações e pensões alimentícias, explica o superintendente de Prevenção à Criminalidade, Talles Andrade de Souza.

Vida em cores

O coordenador do grupo de grafite, Valteir Pereira dos Santos, de 20 anos, começou a participar das oficinas há três. Ele já conhecia algumas técnicas, mas foi se aperfeiçoando e logo foi convidado a participar como multiplicador. Fez um curso de capacitação no SENAC e hoje orienta 35 jovens da comunidade: “Eu tinha o pensamento voltado só para as ruas e nenhuma referência do que fazer para ter objetivos na vida. Descobri a possibilidade de resgatar outros jovens, assim como eu mudei, com objetivos e metas.”

Os temas do grafite do Fica Vivo! Morro Alto estão sempre voltados para os resgates de valores. O grupo participa de movimentos e sua arte também extrapola os limites do bairro: “No grafite há uma disputa artística, sadia, em que os grupos convivem em paz”, atesta.

Exibindo-se com desenvoltura no palco, o estudante Maxwell Brito do Nascimento, de 16, é um entusiasta do hip hop. Há dois anos, começou a participar de uma roda de amigos que eram feras na dança e agora integra o “LJ Hip Hop”, ligado a uma igreja evangélica do Morro Alto, com 22 participantes: “Ficava muito dentro de casa e hoje tem muita gente da turma que poderia estar seguindo outro caminho. No hip hop, temos uma convivência muito boa e cada vez a arte está mais dentro de nós”. (EG)

REPORTAGEM NOTICIADA NO PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Grande BH - Moradores de Vespasiano se mobilizam contra a violência doméstica - Portal UAI (BH) 13/12/08

Agência Minas

Cerca de 100 moradores do bairro Morro Alto, em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, se mobilizaram na manhã deste sábado, na 1ª Passeata pela Paz – Pelo Morro sem Violência Doméstica. Cartazes, apitos e palavras de ordem contra a violência uniram crianças, jovens e adultos. A ação foi promovida pelo Projeto Convivendo Melhor, uma parceria entre o Programa Mediação de Conflitos, do Governo do Estado e o Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – ALBAM.

O evento foi uma das primeiras ações no Morro Alto, do Projeto Convivendo Melhor, que iniciou suas atividades em Vespasiano, em janeiro deste ano e já conta com 20 participantes. Talles Andrade de Souza, diretor de articulação comunitária conta que este tipo de ação mostra que existem grupos trabalhando pela qualidade de vida na região. “A comunidade percebe que, garantir a paz não é só uma responsabilidade da polícia. Todos podem contribuir para uma cultura mais pacífica”, acentua.

A 1ª Passeata pela Paz – Pelo Morro sem Violência Doméstica marcou também os três anos de instalação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPC) em Vespasiano. O evento contou com apresentações das oficinas do Programa Fica Vivo! com shows de dança de rua, break, circo, violão, coral e teatro em uma das ruas no bairro.

Na quadra de uma escola local aconteceram mostras das oficinas de basquete e futebol, e a final dos campeonatos entre os times do Fica Vivo! e um jogo amistoso entre as equipes dos programas estaduais e o Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR).

Antônio Messias, o Tony, oficinairo de rap e break do Fica Vivo! conta que começou a participar das oficinas quando foi instalado o núcleo em seu bairro e há um ano se tornou professor. Com 20 alunos, Tony tenta fazer a diferença na vida de cada um. “Tem que trabalhar o jovem e agir para que ele seja um bom cidadão. Eles têm que ter a mente preparada para a realidade da periferia”, explica.

A comunidade contou também com serviços de manicure, cortes de cabelo, impressão de currículos e atendimentos do Mediação em estandes instalados por toda a rua onde aconteciam as apresentações. Viviane Ferreira participa do curso de beleza promovido pelo NPC e aproveitou o evento para divulgar seu novo trabalho ao fazer as unhas de algumas de suas vizinhas durante a tarde. “É bom aprender uma profissão, o curso ainda não acabou e eu já consigo ganhar um dinheiro como manicure”, afirmou.

Moradora do Morro Alto há 26 anos, dona Maria de Souza Araújo, 54, disse nunca ter visto uma manifestação passar pela sua rua e foi até o portão mostrar seu apoio à passeata. Ela se alegrou com a iniciativa e afirmou ser importante demonstrar que “a gente não quer violência.”

REPORTAGEM NOTICIADA NO SITE DO INSTITUTO ELO CIDADANIA

Passeata pela Paz

Mayra Michel

Na manhã de sábado, dia 13, barulhos de apitos e frases de protesto acordaram dona Maria, de 54 anos, moradora do bairro Morro Alto, em Vespasiano. Há 26 anos na comunidade, ela ainda não tinha visto uma manifestação passar pela sua rua e foi até o portão prestigiar a 1ª Passeata pela Paz – Pelo Morro sem Violência Doméstica. Após reconhecer alguns vizinhos e amigos dentre as mais de 100 pessoas que passaram pela porta de sua casa, Dona Maria se alegrou com a iniciativa e mostrou seu apoio: “tem que mostrar que a gente não quer violência!”.

A ação que acordou Maria de Sousa Araújo foi promovida pelo Projeto Convivendo Melhor, resultado de uma parceria entre o Programa Mediação de Conflitos, do Governo do Estado e o Instituto ALBAM (Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – ALBAM). O projeto iniciou suas atividades em janeiro deste ano e já conta com 20 participantes em Vespasiano, que organizou a manifestação para alertar a comunidade sobre a recorrente incidência de casos de violência doméstica na região. “Circular pelas ruas, nas casas das pessoas, mostra que tem algo acontecendo aqui. Distribui a informação de que tem um grupo lutando contra a violência doméstica”, afirma Ariane Gontijo, coordenadora do Mediação.



Segundo Claudia Natividade, sócia fundadora do ALBAM, o principal objetivo do trabalho é discutir temas de interesse das comunidades, “com um olhar especial na questão da violência, principalmente contra a mulher”. Com mais de 100 participantes, o projeto também funciona em Sabará, Nova Contagem, Betim, Santa Luzia e em Belo Horizonte nos bairros Cabana e Pedreira Prado Lopes.

A passeata, que durou pouco mais de uma hora, foi uma das primeiras ações do projeto no bairro e contou com participantes como Talles Andrade de Souza, diretor de articulação comunitária. Ele conta que este tipo de ação mostra que existem grupos trabalhando pela qualidade de vida na região. “A comunidade percebe que não é só uma responsabilidade da polícia, mas que todos podem contribuir para uma cultura de paz”, diz.

Ariane Gontijo ressalta que, no Morro Alto, o grupo se engajou e tem conseguido alcançar a proposta do combate à violência. “Hoje é o resultado daquilo que já dá certo. São pessoas que já vão lutar por essa causa”, conta. Segundo a coordenadora, para 2009, a perspectiva do Projeto Convivendo Melhor é conseguir, junto com o ALBAM, trabalhar com as vítimas e familiares das pessoas que sofrem algum tipo de violência dentro de casa.

Comemoração



A 1ª Passeata pela Paz – Pelo Morro sem Violência Doméstica marcou também os três anos de instalação do Núcleo de Prevenção à Criminalidade (NPC) em Vespasiano. O evento de aniversário contou com apresentações das oficinas do Programa Fica Vivo!, com shows de dança de rua, break, circo, violão, coral e teatro em uma das ruas no bairro.

Na quadra de uma escola local aconteceram mostras das oficinas de basquete e futebol, a final dos campeonatos entre os times do Fica Vivo! e um jogo amistoso entre as equipes do programas estaduais e o Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) encerrou a tarde.

Antônio Messias, o Tony, oficinairo de rap e break do Fica Vivo! conta que começou a participar das oficinas quando foi instalado o núcleo em seu bairro e há um ano se tornou professor. Com seus 20 alunos, Tony tenta fazer a diferença na vida de cada um. “Tem que trabalhar na personalidade do jovem e agir para que ele seja um bom cidadão. Eles têm que ter a mente preparada para a realidade da periferia”, explica.

Na festa, a comunidade contou também com serviços de manicure e cabeleireiro, impressão de currículos e atendimentos do Mediação em estandes instalados por toda a rua onde aconteciam as apresentações. Viviane Ferreira participa do curso de beleza promovido pelo NPC, ela aproveitou a comemoração para divulgar seu novo trabalho e fez as unhas de algumas de suas vizinhas durante a tarde. “É bom aprender uma profissão, o curso ainda não acabou e eu já consigo ganhar um dinheiro como manicure”, diz.

Para Ana Dorotéia Amaral, gestora do NPC, o evento comemora mais que o aniversário do núcleo em Vespasiano, mas a conquista do apoio da comunidade e da rede parceira no trabalho de prevenção à criminalidade. “A mobilização é um instrumento para alcançar o objetivo do combate à violência”, ressalta.